

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 27 | Nº 09 | SETEMBRO 2007 | R\$ 13,00



2007/08

SAFRA DE OPORTUNIDADES

Soja recupera espaço e a rentabilidade

Milho consolida perfil exportador

Algodão amplia negócios no exterior

Dívida

Rumos da
renegociação

Leite

Preços irão
recuar no
curto prazo

Georreferenciamento

Saiba tudo sobre
o assunto

MESTRADO PROFISSIONAL FGV



FAÇA COMO A FGV: SEJA UMA REFERÊNCIA.

- Economia
- Direito
- Políticas Públicas
- Finanças

• MESTRADO PROFISSIONAL EM FINANÇAS E ECONOMIA EMPRESARIAL

Voltado para profissionais graduados em Economia, Administração e Engenharia, com experiência de mercado, e que necessitam de conhecimentos teóricos e aplicados no seu contexto profissional.

• MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Destina-se aos profissionais que formulam políticas públicas, aos vinculados a agências multilaterais, àqueles do setor privado que têm interface com o setor público, e a representantes de ONGs que objetivam influenciar o setor público.

• MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA E DIREITO

Para os profissionais graduados nas áreas do Direito e Economia, com experiência de mercado, e que necessitam de amplos e sólidos conhecimentos teóricos e aplicados no contexto do seu campo profissional de atuação.

O agronegócio é o seguinte

Terceira grande renegociação

RECENTEMENTE, FOI criado um grupo de trabalho do endividamento (GT), do qual fazem parte parlamentares e técnicos da Comissão de Agricultura da Câmara (Capadr). O resultado disso foi a elaboração de uma proposta que recebeu o nome de Programa de Reestruturação do Passivo Rural Brasileiro. A intenção é viabilizar as negociações das dívidas acumuladas pelos assentados da reforma agrária, agricultores familiares, pequenos, médios e grandes produtores rurais. O montante envolvido é de R\$ 70,19 bilhões.

É a terceira grande renegociação. A primeira foi em 1995, com a Securitização, seguida pelo Pesa e pelo Recoop. Depois, em 2001, com o agrupamento desses três programas, a agricultura caminhava em crescimento mas, nas safras 2004/05 e 2005/06, veio a crise de renda, muito em conta das adversidades climáticas e da valorização do real em relação ao dólar.

O objetivo, agora, é readequar as dívidas vencidas e propor melhores prazos e condições de pagamento, além de bônus que servirão de estímulo para o produtor antecipar a quitação de suas parcelas. O anteprojeto é inovador e apresenta soluções realizáveis para limpar a nuvem escura que paira sobre o setor rural do País. Uma forma de olhar à frente, pois a solução do problema do endividamento é um passo certo para desenvolver o agronegócio brasileiro.

Enquanto isso, o Brasil sai de uma safra 2006/07 recorde de produção de cereais e oleaginosas. Houve recuperação de renda, mas não suficiente para cobrir os estragos dos últimos dois anos. Estamos no início da safra 2007/08, o tempo de retomar espaços perdidos, principalmente na soja. No algodão, os números são auspiciosos nos contratos de vendas antecipadas e a produção deverá crescer. No milho, o resultado também é positivo, com os maiores embarques desde 2001. Se o clima ajudar, a nova temporada será de grandes quantidades. Como a logística administrará esse volume?

Dois fatores pesam muito no comportamento das internacionais. O primeiro é a febre do etanol nos Estados

Unidos, há quase um ano. Seus efeitos tiveram repercussão mundial. Maior demanda de milho e menor área de soja. O preço de ambos os produtos sobem e o Brasil sai como grande beneficiado. Com custos de produção elevados, teríamos dificuldades para escoar a nossa produção. Um segundo ponto é o aquecimento da demanda em dois gigantes asiáticos, a China e a Índia.

Do lado externo, tem-se a força dos pequenos ruminantes, como ovinos e caprinos, como alternativa para o desenvolvimento rural da Europa e na oferta de proteína animal para os países mais pobres e em desenvolvimento. As estratégias são diferentes entre os continentes. Na pecuária de corte, as especulações em torno das emissões e resgates de carbono clamam por comprovações mais científicas. O debate desse assunto está no começo e deve chamar a atenção da opinião pública internacional.

Quanto aos biocombustíveis, há o nobre exemplo da Suécia, que avança em sua meta de matriz limpa para o cenário 2020. Enquanto os demais países do continente europeu hesitam na adoção de uma série de medidas para reduzir o consumo de combustíveis fósseis, os suecos colocam em prática ações de consciência ambiental. Nesse aspecto, é o país mais desenvolvido do mundo. Um parceiro estratégico para o Brasil.

Para terminar, **Agroanalysis** traz, nesta edição, matérias sobre sustentabilidade e rastreabilidade, dois temas em voga. Fica o registro do lançamento do Agronegócio Responsável (Ares), por diversas entidades representativas do setor. Também muito importante, devido à sua implicação com as atividades do campo, é a discussão de dois assuntos jurídicos: o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; e a Lei nº 10.267, de 28 de outubro de 2001, conhecida nos meios da engenharia da mensuração como a **Lei do Georreferenciamento**. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Carlo Filippo M. Lovatelli, Prof. Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,
Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura
de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Dreamstime (Capa e págs.14,19)

Getty Images (págs. 11,18,31,46)

Secretaria e apoio administrativo: Debora

Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-

3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,

8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.agroanalysis.com.br



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra
Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Félix de Bulhões, Jacob
Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna e Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira
de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins
Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo
(Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau
S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Sérgio Santiago (IRB-Brasil
Resseguros S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Hélio Ribeiro Duarte (HSBC
Investment Bank Brasil S.A - Banco de Investimento), Luiz Tavares Pereira Filho
(Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros
no Estado do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes,
Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Andrew MacLachlan Gray (Souza Cruz S/A),
Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, Elizabeth Surreaux Ribeiro Tellechea
(Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto Nascimento Silva,
Marcelo José Basilio de Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de
Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Patrick
de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro
Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café Solúvel
Brasil S.A), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia S.A)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

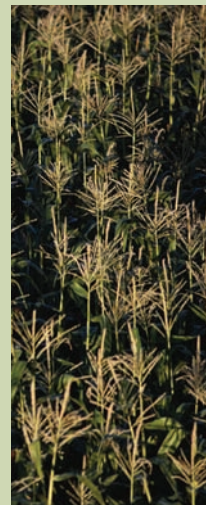
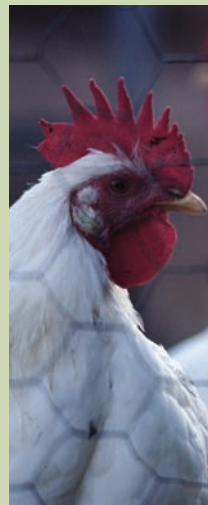
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP / FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Marcos Montes

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Safra 2006/07

13 Safra 2007/08

19 Leite

23 Pecuária

25 Ovinos-caprinos

27 Transgênicos

28 Cooperativas

30 Flores

Política Agrícola

33 Dívida

Agroenergia

36 Etanol

37 Cana-de-açúcar

Gestão

38 Qualiagro

40 Ripa

Sustentabilidade

41 Tira-dúvida

42 Protocolo de Quioto

43 Ambiente

44 Certificação

46 Legislação

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

Safra 2006/07



A maior da história

Leite



Análise da produtividade

Etanol



Negócios na Europa

Pecuária



Vilã do ambiente?

Marcos Montes,
presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados

“Precisamos desligar o piloto automático”

da Redação

DESDE QUE assumiu em fevereiro deste ano a presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, o deputado federal Marcos Montes Cordeiro, 56 anos, vem buscando fórmulas capazes de equacionar a dívida rural.

Para Montes, o produtor rural é quem sustenta hoje o país, e, portanto, merece mais atenção do governo. Ele cita, como exemplo, o seguro rural. “Os EUA e a Europa destinam subsídios altíssimos aos agricultores. Aqui, o agricultor não pode contar nem mesmo com um seguro rural eficiente”, diz o deputado.

Montes (DEM-MG) reclama do governo também investimentos em infraestrutura. “Precisamos aproveitar o bom

momento da economia brasileira para corrigir essas deficiências e nos preparar para as adversidades do futuro. Vamos desligar o piloto automático”, diz.

AGROANALYSIS Depois de quase três safras de baixos preços, os agricultores, este ano, tiveram uma temporada mais lucrativa. A tendência da agricultura é de crescimento?

MARCOS MONTES O que estou vendo no campo é uma preocupação muito grande dos produtores rurais. A safra foi melhor mas, paralelamente, tudo aumentou para o agricultor. Os preços de todos os insumos, dos fertilizantes às máquinas, cresceram mais que os preços dos produtos agrícolas. Não adianta ter uma safra melhor se você não tem paralelamente um

equilíbrio no custo de produção. Existem aumentos exorbitantes, baseados numa possível melhoria da safra. Tudo o que compõe o custo do produtor sobe antes mesmo da perspectiva de melhoria dos preços agrícolas ser confirmada. O preço não acompanha o custo. O produtor está vivendo provavelmente um dos piores momentos de sua vida. Em algumas regiões, ele não conta nem com a chuva e não tem a segurança de um seguro.

AGROANALYSIS Por que o Brasil ainda não tem um seguro rural?

MONTES Primeiro porque o governo não investe. Precisamos contar com a participação das empresas seguradoras e do governo, que precisam investir um percentual alto nessa cobertura. O produtor



“Não adianta alardear que o Brasil é detentor da energia alternativa do mundo, se isso continuar no papel. Ainda não conseguimos vender o etanol lá fora”

“O Bolsa Família está aí. Todos estão comendo, mas à custa de um preço aviltante para o produtor rural”

participaria com uma pequena parte. A maioria das seguradoras não tem interesse no seguro rural, porque não há o respaldo do governo. Nos EUA, na Europa e em alguns países da Ásia, os subsídios aos agricultores são altíssimos. Chegam a US\$ 360 bilhões de dólares por ano, o que equivale a US\$ 1 bilhão por dia. No Brasil não existe subsídio à agricultura. Ao contrário. É o produtor quem está subsidiando a comida barata. O Bolsa Família está aí. Todos estão comendo, mas à custa de um preço aviltante para o produtor rural, que empobrece 5% ao ano.

AGROANALYSIS Nos últimos meses, o custo de vida subiu por causa do aumento de alguns preços agrícolas, principalmente do leite e dos seus derivados.

MONTES Isto ocorreu dentro de um quadro de uma demanda maior, provocada pelo aumento do consumo no mercado externo. Mas esperamos que isso não perdure por muito tempo. Não podemos deixar isso virar uma gangorra, porque traz prejuízos graves aos produtores no futuro.

AGROANALYSIS Mas a agricultura é sempre uma gangorra.

MONTES Veja o caso da cana-de-açúcar. Hoje ela é a menina-dos-olhos de todos mas, tempos atrás, os preços estavam baixos, porque não tem como escoar a produção enorme. O mercado internacional ainda não foi aberto. As questões precisam ser discutidas com mais profundidade. Não adianta você alardear que o Brasil é detentor da energia alternativa do mundo, se isto continuar no papel. Ainda não conseguimos colocar o etanol lá fora.

AGROANALYSIS Mas há países, como os EUA, que impõem uma tarifa alta para o

etanol brasileiro. Precisamos derrubar primeiro as barreiras tarifárias.

MONTES O governo está desenvolvendo um projeto de bioenergia, que precisa ser feito com muito cuidado. Caso contrário, nós não vamos conseguir manter a qualidade do produto, e a competitividade lá fora é muito forte. Veja o caso da carne bovina. Bastou a gente se transformar no maior exportador de carne do mundo para que fosse iniciada uma campanha contra o nosso produto. Isto ocorreu recentemente na Irlanda. É briga de gigante.

AGROANALYSIS No caso da Irlanda, a reação da Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Agricultura, foi imediata.

MONTES A Comissão repudiou a campanha movida por deputados ingleses contra a carne bovina brasileira. Os jornais brasileiros identificaram o presidente do Comitê de Agricultura do Parlamento Europeu, Neil Parish, como o responsável pelo *marketing* negativo e nefasto contra o Brasil. A campanha tem como alvo a política de defesa sanitária brasileira. Para os parlamentares ingleses, a carne bovina brasileira pode ser um risco para a Europa. Eles chegaram a dizer que a nossa carne é potencialmente insegura. Nós respondemos à altura. Dissemos que a campanha, lançada poucas semanas após o surgimento de casos de febre aftosa em fazendas perto de Londres, não passava de uma manobra política armada para desacreditar a nossa carne, em favor dos pecuaristas irlandeses, fornecedores de carne para o mesmo mercado. A pecuária irlandesa não tem a qualidade e a competitividade alcançadas pela brasileira. A mudança da política agrícola da UE fez diminuir ainda mais a lucratividade da atividade, elevou os preços da carne irlandesa e os pecuaristas daquele país perderam mercado.

Entre 2006 e 2007, a UE visitou seis vezes o Brasil. Elaborou relatórios rigorosos e idôneos, que certificaram a qualidade da carne brasileira, confirmando a seriedade do próprio sistema de importações da Comissão Europeia. A campanha deles não passa de clara demonstração de desespero dos pecuaristas irlandeses, que tentam, à custa da difamação da carne brasileira, a sustentação de seus mercados.

AGROANALYSIS É verdade. Existe uma intenção clara de denegrir a imagem da carne brasileira em alguns países da Europa. Mas o Brasil precisa resolver alguns problemas sanitários crônicos. Por exemplo: precisamos erradicar a febre aftosa.

MONTES A Europa tem muito medo da febre aftosa. Na Grã-Bretanha ocorreu um foco de aftosa recentemente, mas foi contornado rapidamente. O vírus da febre aftosa é o mesmo, mas o nosso é visto com uma preocupação muito maior. Trata-se, na verdade, de um embargo ao nosso produto. Eles têm medo da posição que o Brasil ocupa hoje no mercado internacional de carne. É uma barreira comercial, movida por grandes empresários internacionais que querem impor ao mercado o produto deles, mais caro e de qualidade inferior. Apesar de tudo, o agronegócio brasileiro é altamente competitivo em vários setores.

AGROANALYSIS O sr. não acha que o Brasil precisa cuidar melhor de sua imagem, investindo principalmente em sustentabilidade? No caso da carne bovina, vira e mexe a mídia internacional fala que a pecuária brasileira está desmatando a Amazônia e provocando queimadas.

MONTES É uma inverdade. Nós brigamos entre nós e entregamos de mão beijada

“Os problemas ambientais, os quilombolas, os índios. Todas essas questões devem ser discutidas aqui dentro, no Brasil”



aquilo que o mundo todo quer do Brasil: que o país seja o pulmão do mundo. Mas eles não dão absolutamente nada em troca. Ao contrário. Eles nos colocam em situações muito adversas, prejudicando a nossa competitividade. Ainda existem algumas pessoas, que se dizem brasileiros, que colaboram para que o Brasil tenha uma imagem negativa na área ambiental.

AGROANALYSIS Daqui para a frente, a sustentabilidade será um requisito fundamental no mercado internacional. Prova disso é que as indústrias e produtores anunciaram recentemente a moratória da soja, como forma de garantir ao mercado externo que a soja que está sendo exportada pelo País não provém da Amazônia.

MONTES A nossa credibilidade precisa ficar latente e, para isso, precisamos de

mais investimento. Veja a greve dos fiscais agropecuários. Isso não é bom para nós. Não que eles estejam certos ou errados, mas a greve repercute lá fora. Os problemas ambientais, os quilombolas, os índios. Todas essas questões devem ser discutidas aqui dentro, no Brasil, e sem alarde. Todos nós somos a favor do resgate da questão indígena e da preservação ambiental, mas são situações que devem ser discutidas entre nós.

AGROANALYSIS A pecuária não contribui para o desmatamento da Amazônia?

MONTES Ninguém preserva mais a natureza que o produtor rural. É lógico que nós temos problemas. Não poderia ser diferente em um país com a dimensão do nosso. Há gente desmatando a Amazônia, mas para tirar madeira. Eles devem ser punidos. Mas nós não podemos ter essa

marca lá fora, de que somos os devastadores. Não podemos ser responsabilizados pelo efeito estufa. As florestas brasileiras são maiores que as dos outros países do mundo. Os EUA e a Europa praticamente não têm florestas. Ora, nós preservamos as nossas florestas e ainda nos sentimos culpados! Nós precisamos de ter um pouco mais de auto-estima. Todo mundo sabe que o agronegócio está sustentando o país, apesar de todas as adversidades. Não bastasse tudo isso, temos que enfrentar barreiras no mercado internacional. Até quando o produtor vai suportar? O Brasil nunca teve tanto dinheiro como agora, mas não está aproveitando a oportunidade para atacar de frente os seus problemas, principalmente as deficiências de infra-estrutura. O que nos precisamos é de desligar o piloto automático. Estamos perdendo uma grande oportunidade.

AGROANALYSIS A infra-estrutura e a logística são apontadas como os grandes entraves para o crescimento do agronegócio.

MONTES Não existe infra-estrutura e nem logística, o que encarece os alimentos até para o mercado interno. No mercado internacional, essas deficiências reduzem a nossa competitividade. Nós não temos hidrovias, não temos portos preparados para exportar álcool. O Brasil deveria estar construindo uma estrutura para enfrentar as adversidades de amanhã. Deveríamos investir em sanidade animal. Mas continuamos a ser um país altamente competitivo no agronegócio, graças à força do homem do campo. Quem segura esse país é o produtor rural. O dia em que a galinha dos ovos de ouro secar, as coisas vão piorar.

AGROANALYSIS O que é que um médico está fazendo na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados?

MONTES Eu sou mineiro de Uberaba. Sou produtor rural, pecuarista, nelorista e pertencço à Associação Brasileira dos Criadores de Zebu. ■

Macroeconomia

Os novos desafios da política monetária

Rogério Mori*

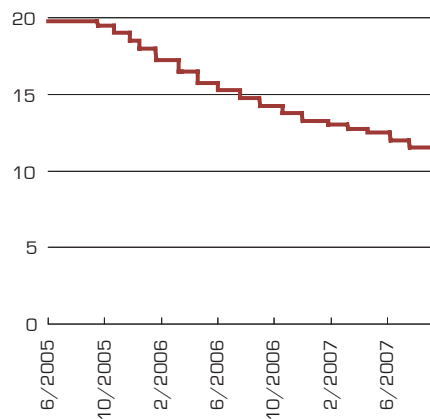
AS TURBULÊNCIAS do mercado financeiro internacional nas últimas semanas apresentaram novos desafios aos bancos centrais ao redor do mundo. Tudo indica que mudanças substantivas no ambiente financeiro e econômico mostram-se reais e devem firmar-se mais adiante. Os impactos dessas mudanças têm se mostrado de forma mais intensa sobre o comportamento dos mercados financeiros ao redor do mundo, indicando que uma correção dos preços dos ativos que já se mostra presente.

As ações dos bancos centrais conseguiram evitar que essas correções se tornassem mais intensas e causassem efeitos adversos sobre o sistema financeiro internacional. Tal prática tem evitado o pior, mas não solucionou a problemática atual e seus possíveis desdobramentos, que vão além das fronteiras dos mercados e recaem sobre o lado real da economia de vários países.

Essa dinâmica muda a perspectiva de atuação dos bancos centrais de vários países ao redor do mundo. Nesse contexto, a economia global tem atravessado um período de expressivo crescimento econômico ao longo dos últimos anos. Tal período de prosperidade foi acompanhado por um ambiente inflacionário favorável, em que a inflação se manteve em patamar relativamente baixo. Nesse quadro, a política monetária praticada pelos BCs, orientada em grande parte pelo foco na inflação, acomodou a expansão em face do cenário favorável da evolução dos preços nas diversas economias. A dinâmica sancionou, também, um amplo debate que foi estabelecido em função dos efei-

tos econômicos globais e seus impactos sobre os mais variados países. O debate aponta que essa relação teria se alterado por força dos efeitos globais e que diversas economias estariam se beneficiando do processo nos últimos anos.

Meta da Taxa Selic (% aa)



Fonte: BCB. Elaboração: FGV-EESP/Cemap

Os desdobramentos recentes podem mudar a dinâmica, orientando ações dos bancos centrais diferentes das que foram observadas até meados do ano. Nesse contexto, além das preocupações relativas à instabilidade dos mercados financeiros, o desafio recai, também, sobre os impactos da correção de preços de ativos sobre o lado real da economia.

As maiores preocupações, sob essa perspectiva, centram-se nos temores de uma desaceleração do crescimento econômico global, em particular da economia dos EUA. A atenção aos sinais relativos à atividade econômica norte-americana

e mundial deve ser redobrada daqui por diante e, indicadores que apontem para uma desaceleração, certamente, abalarão os mercados financeiros.

No caso brasileiro, as mudanças no ambiente financeiro internacional ainda se refletiram de forma relativamente moderada, com a correção dos preços de alguns ativos financeiros. É razoável supor que os maiores impactos venham a ser percebidos do lado real da economia, caso a desaceleração econômica global venha de fato a ocorrer. Sob essa perspectiva, os primeiros efeitos surgem na balança comercial, uma vez que, nesse quadro, os preços das *commodities* são ajustados para baixo, o que afetará a receita das exportações brasileiras.

No entanto, os efeitos limitados da crise sobre a economia brasileira têm permitido ao Banco Central focar-se um pouco mais sobre a economia doméstica no momento. Sob essa perspectiva, a alta recente de preços, capitaneada em grande medida pela evolução dos preços agrícolas, tem preocupado e o BC já sinalizou na reunião do Copom de setembro que, apesar da redução neste mês (vide gráfico), deverá suspender (ao menos temporariamente) o ciclo de flexibilização da política monetária mais adiante. Isso indica que o patamar da taxa básica de juros – Selic – ainda deverá permanecer na casa dos dois dígitos até o final do ano. Nesse sentido, o próprio mercado financeiro reviu para cima a projeção da meta da Selic para o final de 2007, situando-a em 11% aa. Adicionalmente, caso as pressões de preços não sejam temporárias e se verifique uma reversão na dinâmica da inflação no médio prazo, é razoável supor que o sentido da política monetária seja revertido mais adiante.

A dinâmica doméstica, no entanto, não se isola inteiramente dos efeitos potenciais da crise no médio prazo, e as atenções em relação aos desdobramentos das economias norte-americana e global devem permanecer no ar pelos próximos meses. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP



NOVIDADES DA EXPOINTER

O trator TT3880F, da CNH Latin-America, conquistou o troféu Prata na categoria Novidade do 25° Prêmio Gerdau. A premiação ocorreu durante a Expointer, no final de agosto, em Esteio (RS). O TT3880F é um trator de dimensões estreitas, próprio para o trabalho em pequenas propriedades.

O Prêmio Gerdau Melhores da Terra é a maior premiação para o setor de máquinas e implementos agrícolas. Criado pelo Grupo Gerdau há 25 anos, tornou-se a principal competição entre fabricantes de máquinas no âmbito do Mercosul.

A Massey Ferguson foi a grande vencedora da categoria Novidade. A colheitadeira axial MF 9790 ATR ficou com o troféu Ouro. A máquina marcou a entrada da empresa no segmento de colheitadeiras axiais. A colheitadeira apresentou várias inovações, especialmente na alimentação e no mecanismo de trilha movido por motor hidráulico, além dos recursos informatizados para medição da umidade dos grãos e cálculo da produtividade por área colhida. Os pneus da MF 9790 ATR são capazes de minimizar os danos ao solo em função da compactação proporcionada pelo peso da máquina. Seu motor eletrônico é de baixa emissão de gases poluentes, atendendo à legislação internacional de proteção ambiental. Empresa da AGCO do Brasil, a Massey Ferguson é líder no mercado interno há mais de 45 anos e conta com duas fábricas no Brasil: Canoas/RS (tratores) e Santa Rosa/RS (colheitadeiras).

TRIGO GAÚCHO

Os agricultores gaúchos se preparam para colher 1,5 milhão de toneladas de trigo, mais que o dobro da produção de 2006 (708,7 mil toneladas). Os preços favoráveis do cereal e a boa safra de verão estimularam o plantio. A área plantada saltou de 693 mil hectares para 803 mil hectares, com média de produtividade prevista entre 1.800 e 2.000 quilos por hectare. Os dados são da Emater.

Verdes em Washington

No final de setembro, a embaixada do Brasil em Washington (EUA) convidou empresários de grandes redes varejistas americanas, além de empresas de produtos alimentícios e de cosméticos, para mostrar o avanço dos produtos orgânicos brasileiros. A palestra Green Economic divulgou a Feira Biofach Latino-Americana, que será realizada de 16 a 18 de outubro, em São Paulo (SP).

CRÉDITO RURAL

“Até agora só 15% dos produtores têm financiamento [para o plantio da safra]. Nos outros anos, neste período, já eram mais de 40%. É bom alertar que há insatisfação do ministro e dos agricultores”

Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em entrevista à Folha de S.Paulo, em 16/09/2007

Máquinas em alta

As vendas de máquinas agrícolas registraram crescimento de 10,2% em agosto em relação ao mês anterior. De janeiro a agosto, foram vendidas 24 mil unidades, 41,5% a mais do que no mesmo período de 2006. Os dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) mostram ainda que as exportações do setor cresceram em ritmo menor. Nos primeiros oito meses do ano, as vendas externas totalizaram 16.941 unidades, com aumento de 11,8% sobre o mesmo período do ano passado.

A recuperação dos preços dos grãos e a expansão da cana-de-açúcar incentivaram a compra de tratores e colheitadeiras este ano. A safra recorde também se refletiu no mercado de caminhões, que deve fechar o ano com 90 mil unidades vendidas. Se a previsão das montadoras se confirmar, o crescimento das vendas vai ultrapassar 20%.

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

MUDANÇAS GLOBAIS

Já está disponível na internet o livro eletrônico “Uma contribuição para entender os impactos regionais das mudanças globais na América do Sul”. É um dos mais importantes produtos da 2ª Conferência Regional sobre Mudanças Globais – América do Sul, realizada em novembro de 2005. O livro está disponível em arquivo no formato PDF.

De 4 a 8 de novembro próximo será realizada a 3ª Conferência Regional sobre Mudanças Globais – América do Sul, em São Paulo. As informações sobre o evento estão contidas no site www.mudancasglobais.com.br. O acesso ao livro eletrônico pode ser feito pelo link abaixo: www.iea.usp.br/iea/artigos/globalchangeinsouthamerica.pdf



Muita água

São necessários entre 1.000 e 2.000 litros de água para produzir um quilo de trigo, e entre 13 mil e 15 mil litros para produzir um quilo de carne bovina. Como grande consumidor de água, a agricultura precisa buscar práticas de manejo mais racionais para reduzir as necessidades de irrigação. A recomendação é dos técnicos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

EMBALAGENS DE DEFENSIVOS

Nos oito primeiros meses de 2007, o Brasil retirou do ambiente 14% a mais de embalagens vazias de defensivos agrícolas que no mesmo período de 2006. O volume passou de 13.517 (entre janeiro e agosto de 2006) para as atuais 15.391 toneladas. Nos últimos 12 meses foram destinadas 21.505 toneladas de embalagens.

Atualmente, 365 unidades, distribuídas em 23 estados, recebem as embalagens de defensivos. Mais informações sobre o Inpev e o Sistema de Destinação Final de Embalagens Vazias estão disponíveis no site www.inpev.org.br.

Energia da cana

“Fazemos energia com o bagaço ou usamos energia suja, como térmicas a gás, opção que o governo parece querer para a matriz energética nacional”, disse Marcos Jank, presidente da Unica, durante a Fenasucro, em Sertãozinho. Segundo ele, o bagaço de cana tem capacidade para produzir 14 mil MW em 2020, o equivalente a 15% das necessidades do Brasil.



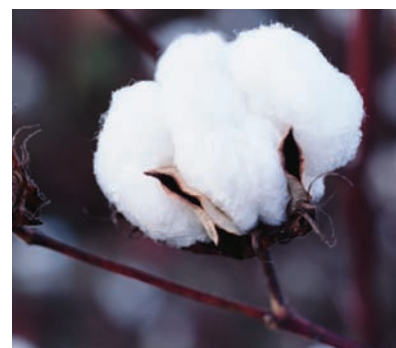
Unica

FOME

800 milhões

de pessoas no mundo passam fome ou estão dentro da linha da insegurança alimentar, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). No próximo dia 16 de outubro será celebrado o Dia Mundial da Alimentação

Algodão na Bahia



A colheita 2006/07 foi a melhor da história no oeste da Bahia. Segundo a Conab, a produção chegou a 1,5 milhão de toneladas de caroço, 46,9% a mais em relação à safra passada. A excelente qualidade do algodão baiano explica o crescimento. De 2001 para cá, a colheita de algodão cresceu quase 600%.

Palmito paulista

São Paulo está se destacando como um dos maiores produtores de palmito do Brasil. Em 2006, a área total de pupunha no Estado ocupou 3.900 hectares. Um estudo realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria de Agricultura de São Paulo constatou que, com uma maior profissionalização do setor, o produto pode conquistar o mercado externo.

Safr 2006/07

A maior da história

O ÚLTIMO levantamento da produção nacional de grãos 2006/07 realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), aponta que o Brasil colhe a maior safra da sua história: 131,4 milhões de toneladas.

O resultado supera em 6,7% a maior produção, alcançada em 2002/03, de 123,2 milhões de toneladas. É também 7,3% maior que o da safra 2005/06, de 122,5 milhões toneladas. Esse crescimento foi impulsionado pelo clima favorável durante a safra de verão e pelo melhoramento tecnológico nas lavouras.

A pesquisa da Conab revela um aumento de 0,2% na produção total de grãos comparado ao último levantamento em função, basicamente, de ajustes na produtividade do milho segunda safra, em fase final de colheita.

A produção total, por cultura, em relação ao ciclo anterior, ficou assim: milho 51,1 milhões t (+20,1%), soja 58,4 milhões t (+6,1%) e algodão em caroço 3,9 milhões t (+43,5%). As exceções são o feijão (1ª, 2ª e 3ª safras) com 3,3 milhões t (-3,9%), arroz 11,3 milhões t (-3,5%) e as culturas de inverno, como trigo, com 2,2 milhões t (-54,2%).

O milho teve o aumento mais significativo de produção em relação à safra anterior. Isso se deu em função do aumento de área e da recuperação de produtividade. Já a safrinha de inverno teve um incremento de 4 milhões de toneladas (37,4%), devido à expansão de área estimulada pelo mercado (37,7%).

A soja, apesar da redução de área, registrou incremento de 16,7% na produtividade, em virtude do clima e de

condição tecnológica, resultando num aumento de produção de 3,3 milhões de toneladas (6,1%).

O trigo, safra 2007/08, está em fase inicial de colheita, com produção estimada em 3,8 milhões de toneladas. Os técnicos confirmam a retomada de área e recuperação de produtividade em relação à safra anterior.

Comparada à safra 2005/06, houve redução de 3,6% na área total cultivada, que caiu de 47,9 para 46,2 milhões de hectares. A queda atingiu mais:

- A soja, de 22,7 para 20,7 milhões hectares;
- O trigo, de 2,4 para 1,8 milhão hectares;
- O feijão segunda safra, de 4,2 para 4,1 milhões.

Em contrapartida, cresceram os cultivos de:

- Milho, de 12,9 para 13,9 milhões de hectares;
- Algodão, de 0,9 para 1,1 milhão hectares.

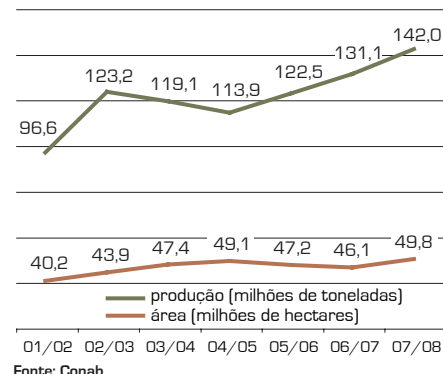
De acordo com o balanço de oferta e demanda, os estoques de passagem fecharam em:

- 389,5 mil toneladas de algodão;
- 7,7 milhões toneladas de milho;
- 453,4 mil toneladas de feijão;
- 2,1 milhões toneladas de soja;
- 405,7 mil toneladas de arroz.

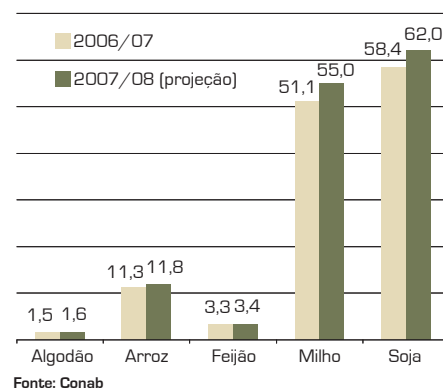
Safr 2007/08

O aumento na venda de fertilizantes confirma a previsão de crescimento para a próxima safra. Já foram comercializadas 21 milhões de toneladas de fertilizantes. O agricultor investe mais em tecnologia. Um dos fatores estimulantes para a compra de adubos é a remuneração percebida pelos produtores. A relação de troca melhorou.

Brasil: produção de cereais e oleaginosas



Brasil: produção de grãos (milhões de toneladas)



Os custos de produção da Conab para a safra 2007/08, quando comparados com a temporada passada, revelam forte elevação nos preços médios dos fertilizantes, de 19,7%. Já os defensivos tiveram uma redução média dos preços de 9,5%.

Felizmente, os principais produtos agrícolas estão com seus preços em alta. Os cenários nacional e internacional são favoráveis ao crescimento da próxima safra, principalmente, de algodão, milho e soja. O arroz ainda enfrenta um pouco mais de dificuldade. Se o clima ajudar haverá boa recuperação da renda rural.

Mantidas as condições climáticas favoráveis e os bons níveis de produtividade da lavoura, a nova safra de algodão, arroz, milho e soja, que será colhida a partir de final de janeiro, deverão somar 142 milhões de toneladas. Essas cinco principais lavouras devem ter um crescimento médio próximo de 8% e na área plantada e de 7% no volume, quando comparado ao desempenho na temporada anterior. ■

Safrá 2007/08

A retomada da soja

COM PERSPECTIVAS de novas altas no mercado, muitos produtores seguram seus estoques e a oferta não avança. Uma tática de risco para melhorar o lucro. As *tradings* e as indústrias de esmagamento, principalmente para cumprir os contratos para venda externa, fazem um completo rastreamento para adquirir produto. Em termos de região, a maior oferta virá da Região Sul, onde a disponibilidade de produto ainda é grande.

Diante desse cenário, a soja prossegue como a principal aposta dos produtores em rentabilidade na safra 2007/08. A produção deverá saltar de 58,39 milhões de toneladas para até 63 milhões de toneladas. O preço do grão rompeu a barreira de R\$ 41 a saca no Porto de Paranaguá. O valor chega ao patamar de 2004, um excelente ano de comercialização. Na Bolsa de Chicago, o valor do bushell segue em alta espetacular, entre 91 a 94 centavos de dólar, sem sinais de arrefecimento.

Em seu relatório de oferta e demanda globais de grãos para a safra 2007/08 deste mês, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) confirma projeções anteriores: o Brasil voltará a liderar as exportações de soja em grão, com participação de 40,9%, contra 34,3% na safra anterior. Já os Estados Unidos recuam seus embarques de 43,1% para 35,4% no período. No cômputo geral, as exportações crescem para 74,99 milhões de toneladas.

Para os produtores nacionais, uma boa oportunidade de expansão. Os agricultores dos Estados Unidos estão mais interessados em produzir milho para etanol. Por sua vez, há uma demanda cada vez

maior, liderada pelos países asiáticos, com destaque para a China, cujas importações podem aumentar de 30 milhões para 34,5 milhões de toneladas.

Se a queda drástica na área plantada com soja nos Estados Unidos não mostrar previsão de reversão para o próximo ano, as cotações do grão na Bolsa de Chicago serão impulsionadas. A sojicultura ocupa 25,9 milhões de hectares neste ciclo 2007/08. O número pode sofrer pequenas alterações. Já a área ocupada com milho alcança 37,6 milhões de hectares.

Esses efeitos positivos tocam também a Argentina, cuja produção de soja bateu

recorde em 2006/07 e chegou a 47 milhões de toneladas. Sua fatia nas exportações mundiais deve ampliar-se de 10,9% para 13,6% desta temporada para a próxima. O impacto poderia ser bem maior, se o racionamento de energia no país não afetasse o ritmo das atividades de suas indústrias de processamento.

Outro ponto favorável à soja consiste no enorme aumento na demanda por oleaginosas e óleos vegetais para produção de biocombustíveis. Isso poderá trazer problemas globais. Muitas matérias-primas alimentícias estão sendo desviadas para a produção de bioenergia. A Oil

Empecilhos no crescimento

- 1º) **Ferrugem asiática:** provocou a perda de 2,67 milhões de toneladas, equivalente a 4,5% da quantidade colhida na última safra brasileira. As estimativas da Embrapa Soja assinalam um prejuízo financeiro no período de US\$ 615,7 milhões. O custo do controle, correspondente a 2,3 aplicações de fungicida por hectare, foi de US\$ 1,58 bilhão. Com as perdas e o controle o valor alcança US\$ 2,19 bilhões.
- 2º) **Elevado custo com logística de distribuição:** afeta o escoamento de toda a produção nacional. O Centro-Oeste, grande produtor de grãos, padece com o problema da precária infra-estrutura. O preço médio estadual, em junho, correspondeu a 75% do valor cobrado no Porto de Paranaguá, onde a cotação é definida pelo preço da Bolsa de Chicago, menos o frete marítimo. A saca custava R\$ 22,50 em Rondonópolis e R\$ 29,80 em Paranaguá (PR). O gasto com transporte do norte de Mato Grosso ao Porto de Paranaguá é de US\$ 108 por tonelada, quase um terço do preço do produto.
- 3º) **Dívida dos produtores:** Proposta do Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA), criado por medida provisória, para os produtores quitarem os débitos com as empresas de defensivos e de fertilizantes. Nos últimos dois anos as aplicações do crédito rural ficaram abaixo do projetado pelo Plano de Safra da Agricultura e da Pecuária do MAPA, devido à falta de renda e à baixa capacidade de aumentar o endividamento do setor.

Pepro da soja

O Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), que foi utilizado pelo governo como mecanismo de equalização de preços para a soja, tenderá a zero em setembro em razão da valorização da *commodity* no mercado internacional. A informação é do coordenador geral de oleaginosas e fibras do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário (De-agro), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Sávio Rafael Pereira.

Desde o lançamento do Pepro para a soja, em novembro do ano passado, foram utilizados em torno de 40% do valor inicialmente programado para as operações. O valor do prêmio, cujo limite máximo é de R\$ 5,46 por saca de 60 quilos pode, com a alta de preços da soja, manter-se reduzido nos próximos meses. “O que temos observado é que os prêmios vêm se reduzindo desde o final do ano passado, sendo que, em setembro de 2007 se igualou a zero para todas as regiões pro-

dutoras”, destaca Sávio Pereira. O Pepro da soja, para o economista, foi fundamental para os produtores aproveitarem as condições do mercado, ampliando a renda agrícola.

Os leilões para a safra de soja 2006/2007 foram realizados de novembro de 2006 a abril de 2007 e contemplaram cerca de 8 milhões de toneladas. O gasto inicial previsto para as operações foi de R\$ 606 milhões mas, em razão da evolução do preço da soja no mercado, o montante a ser efetivamente utilizado não deve ultrapassar R\$ 250 milhões.

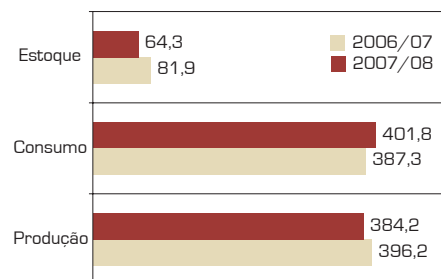
A realização de leilões de Pepro anterior à colheita foi utilizada pela primeira vez nesta safra pelo governo federal para apoiar a comercialização da oleaginosa. Para Sávio Pereira, essa inovação só pôde ser feita porque o mercado futuro da soja funciona com bastante liquidez, o que permite a prefixação de preços. O cenário positivo ao produtor de soja se deve às frequentes altas no mercado internacional e à crescente demanda pelo produto brasileiro.

Mundo: oferta e demanda de soja (milhões de toneladas)

Indicador	2006/07	2007/08
Estoque inicial	52,93	63,07
Produção	236,04	221,27
Importação	68,16	74,94
Demanda interna	223,71	233,94
Exportação	70,35	74,99
Estoque final	63,07	50,35

Fonte: USDA setembro/2007

Mundo: balanço dos principais óleos vegetais* (milhões de toneladas)



Fonte: Oil World. *Soja, canola, girassol, palma e amendoim

World aponta para estoques globais de grãos e óleos vegetais em níveis baixos históricos, suficientes para cobrir a demanda em 2007/08, mas com a necessidade de um aumento significativo nas safras de oleaginosas em 2008/09. ■



Safrá 2007/08

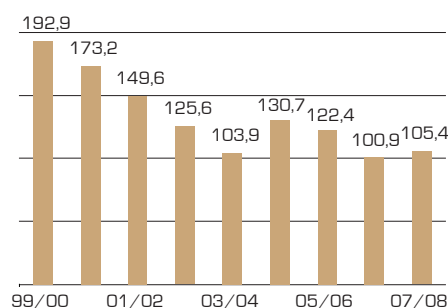
Milho para exportação

A CRESCENTE produção de etanol nos Estados Unidos e as importações da China, Índia e União Européia dão firmeza para o milho. Mesmo com o grande aumento na produção mundial nos últimos, em especial nos Estados Unidos, os estoques mostram tendência declinante. Isso fortalece os preços na Bolsa de Chicago e reflete em todo o mundo.

No Brasil, o aumento da renda provoca maior consumo interno de carnes que, somado aos embarques de bovinos, frangos e suínos, ajuda a pressionar a cotação do cereal. A área de milho da primeira safra tende a ficar próxima da do ano passado. A soja goza da preferência do produtor, muito em função da sua melhor liquidez. Mas o milho segunda safra virá com muita força.

A Conab prevê uma queda de 19,2% para 16,8% no estoque final de milho brasileiro diante da demanda crescente no mundo. A produção da safra 2006/07

Mundo: estoque de milho (milhões de toneladas)



Fonte: USDA

Brasil: exportação de milho (janeiro a agosto)

Ano	Quantidade	Valor
2006	5,58 milhões de toneladas	US\$ 916,0 milhões
2007	2,45 milhões de toneladas	US\$ 293,2 milhões

Fonte: Secex

Mundo: oferta e demanda de milho (milhões de toneladas)

Indicador	2006/07	2007/08
Estoque inicial	122,90	97,95
Produção	703,30	774,10
Importação	87,10	87,93
Demanda interna	725,24	769,62
Exportação	90,11	88,55
Estoque final	97,95	101,81

Fonte: USDA. Setembro/2007

para 2007/08 sobe de 51,07 milhões de toneladas para 55,0 milhões de toneladas. A entrada do milho safra, em grande volume, não arrefeceu os preços, diante da facilidade encontrada para escoar externamente a produção. Nas regiões de maior demanda a saca opera acima de R\$ 25,00, enquanto naquelas de maior oferta próximo a R\$ 20,00.

O Brasil deve se firmar com um grande exportador de milho. As exportações deste ano já superam o recorde 2001, de 2,4 milhões de toneladas. Até dezembro deverá passar de 10 milhões. Com quebra na colheita de 55 milhões para 48 milhões de toneladas, os europeus, com preferência de produto não-transgênico, têm adquirido milho nacional. Os EUA estão na entressafra e a Argentina está com seus contratos de fornecimento fechados.

De acordo com relatório do USDA

deste mês, a produção dos EUA foi estimada em 338,1 milhões de toneladas, contra 331,7 milhões anunciadas em agosto e 267,7 milhões colhidas no ano anterior. De uma safra para outra o incremento na produção será de 26,3%.

Com uma projeção de estoques finais nos EUA, para a safra 2007/08, em 42,56 milhões de toneladas, contra 38,5 milhões em agosto e 29 milhões no ano anterior, o USDA estima um patamar de preço entre US\$ 2,80 e US\$ 3,20 por bushel.

Apesar do movimento especulativo sobre a necessidade de aumento nos preços para o milho continuar a expandir área, isso é pouco provável. Os patamares atuais são bem competitivos. Será bem mais difícil a soja e o trigo sustentarem os níveis de preços atuais. Estimulados pela boa perspectiva de remuneração, muitos países expandiram suas áreas plantadas com essas culturas. ■

Safrá 2007/08

Venda antecipada no algodão

COM OS preços do algodão em recuperação no mercado internacional, as vendas externas da pluma brasileira aumentam seu ritmo. A decisão dos produtores dos Estados Unidos, de reservar maior área para o plantio do milho destinado à produção de etanol, reduz o espaço ocupado não somente pela soja, mas também pelo algodão. Também a Austrália reduziu a área plantada.

Enquanto isso, há um aquecimento da demanda global devido às compras da China, Índia e Paquistão. No conjunto, o resultado é um profundo suporte para as cotações da pluma. Há um ano, em centavos por libra peso, a Bolsa de Nova York operava no intervalo de 48 a 52, e atualmente de 60 a 65. Um avanço significativo.

Em termos de balanço de oferta e demanda global, se a conjuntura era de equilíbrio na safra 2006/07, agora pesa uma série de incertezas no mercado. Diante desse cenário, muitos produtores brasileiros, acertadamente, firmam contratos de venda antecipada. Da produção da safra 2006/07, os analistas trabalham que 70% realizaram operação dessa natureza. No total, as exportações praticamente dobraram e a receita deverá ficar próxima de US\$ 750 milhões.

Na safra 2007/08, cujo plantio começa a partir de novembro, os registros de vendas externas continuam em alta. Tudo leva a crer que atingirá um número maior em relação ao ano anterior.

No ranking mundial das exportações de pluma, o Brasil ocupa o quarto posto e marcha firme sobre a posição dos EUA, principalmente depois da sua redução de área. Com uma reestruturação surpreendente na produção, de importador li-

quido nos anos noventa, o Brasil passa a exportar para mais de sessenta países.

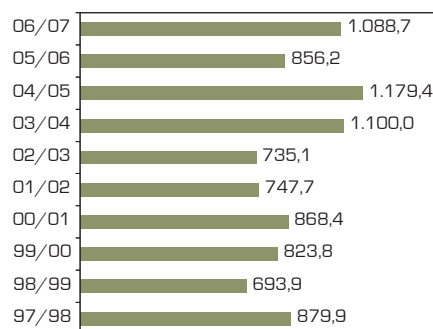
Internamente, a situação de consumo é de estagnação, em 800 mil toneladas. Diante disso, a saída é a exportação: um terço da safra projetada para a safra 2007/08 está comprometida com vendas externas. E, para a temporada 2009/10 já existem negócios fechados. Um sinal claro de que o mercado permanecerá apertado.

Os leilões de Peppo (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor), realizados pelo

governo, tem sido um instrumento eficaz, pois garantem um preço mínimo aos produtores quando o mercado passa por baixas de preços.

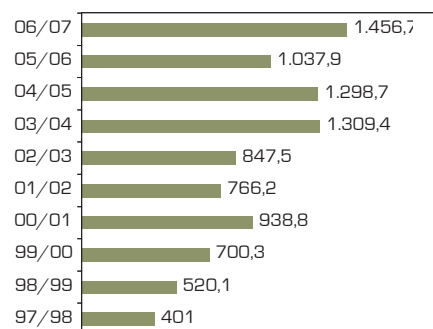
Não obstante a elevação dos preços internacionais, a forte valorização do real ante o dólar não estimula os investimentos. Além da cotonicultura ser uma atividade de custo de produção alto, os recursos necessários para aquisição de tratores e colheitadeiras, mais a infra estrutura de beneficiamento, laboratório e classificação, são grandes. ■

Brasil: área plantada de algodão (mil hectares)



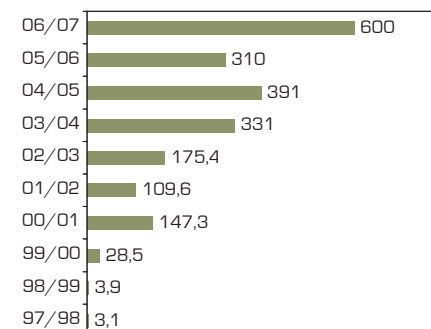
Fonte: Conab

Brasil: produção de algodão (mil toneladas)



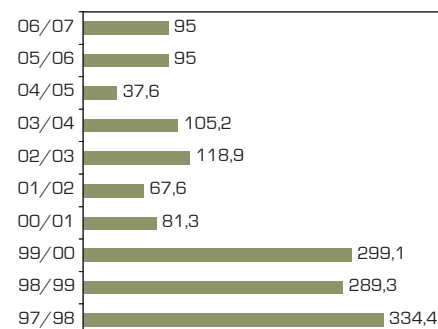
Fonte: Conab

Brasil: exportação de algodão (mil toneladas)



Fonte: Anea

Brasil: importação de algodão (mil toneladas)



Fonte: Anea

Safrá 2007/08

Importação recorde de trigo

OS MOVIMENTOS dos preços do trigo, na prática, acompanham os das demais *commodities*, principalmente milho e soja, no ímpeto altista iniciado há praticamente um ano com a febre do etanol nos Estados Unidos.

Mas, no caso específico do produto, a baixa nos estoques mundiais deixa o mercado a mercê de muita especulação. Seus volumes estão nos níveis mais baixos desde a Segunda Guerra Mundial. Esse fato econômico é real e os preços batem recordes e se sustentam em patamares bem elevados.

O relatório deste mês do USDA traz algumas informações para dar tranquilidade ao mercado, ao confirmar a safra dos EUA em 57,5 milhões de toneladas. Isso representa 16,7% acima da colheita do ano anterior, de 49,3 milhões de toneladas. Mas, em milhões de toneladas, os estoques finais projetados são menores, em relação ao anunciado em agosto, com volume projetado para 2007/08 em 9,85, contra 11,0

Trigo: produção mundial na safra 2007/08 (milhões de toneladas)

Estados Unidos	57,50
Austrália	21,00
Canadá	20,30
Argentina	14,00
União Européia	121,80
China	105,00
Outros	267,64
Total	607,24

Fonte: USDA. Setembro/2007

Mundo: oferta e demanda de trigo (milhões de toneladas)

Indicador	2006/07	2007/08
Estoque inicial	149,16	127,76
Produção	593,07	606,24
Importação	110,64	104,11
Demanda interna	617,15	618,96
Exportação	107,96	106,91
Estoque final	127,76	112,24

Fonte: USDA. Setembro/2007

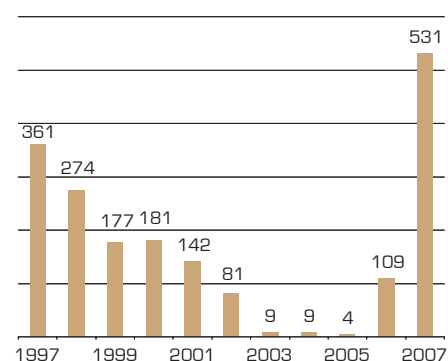
em agosto e 12,4 milhões no ano anterior e ainda 14,4 milhões em 2005/06.

O parâmetro de preços para 2007/08 está indicado entre US\$ 5,50 e US\$ 6,10 por bushel, ou seja, bem abaixo dos atuais preços em Chicago, entre US\$ 8,50 e US\$ 9,00. Nem mesmo as tensões nos mercados financeiros internacionais foram suficientes para dar alguma arrefecida nessa tendência.

A questão é se o mercado vai inclinar-se para uma reestruturação do comportamento atual em 2008. As cotações do trigo, em condições normais de oferta e demanda, tenderiam a recuar bastante no primeiro semestre do próximo ano. Pelas indicações nos contratos futuros para julho de 2008, na Bolsa de Chicago, estão cotações 25% mais baixas que as praticadas atualmente.

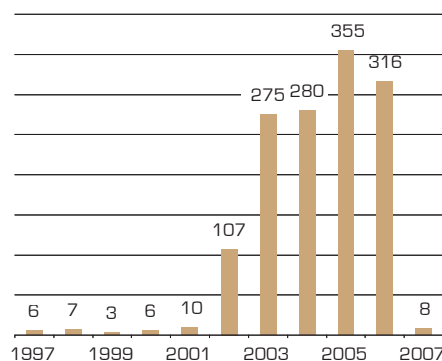
Existem fatores pontuais na presente safra do trigo que influenciam o mercado e a expectativa dos agentes atuantes na sua cadeia produtiva. Na Argentina, por

Brasil: importação de farinha da Argentina (mil toneladas)



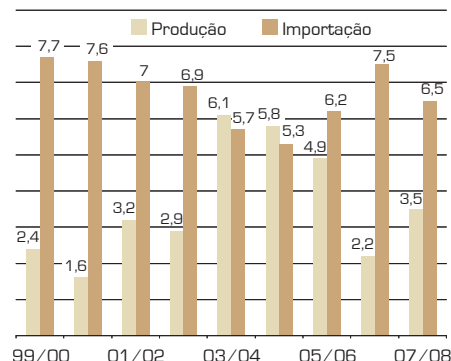
Fonte: MDIC

Brasil: importação de pré mistura da Argentina (mil toneladas)



Fonte: MDIC

Brasil: produção e importação de trigo (milhões de toneladas)



Fonte: Conab

Manutenção da TEC

Em nota enviada à Câmara de Comércio Exterior (Camex), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informa que uma eventual inclusão do trigo na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) não contribuiria para reduzir o preço do produto no mercado interno. A redução do imposto para importação do cereal não tornaria o produto mais barato que aquele produzido no Brasil ou nos países do Mercosul.

De acordo com a nota, o trigo da safra 2007/08 importado da Argentina chegaria a São Paulo cotado a R\$ 708 a tonelada. O produzido no Paraná valeria R\$ 677, enquanto o comprado dos Estados Unidos ou Canadá, ainda que sem a alíquota de importação, custaria aos moinhos R\$ 791. Assim, a redução da TEC teria um efeito inócuo para o mercado interno.

O documento afirma que uma eventual eliminação da alíquota de importação do trigo só teria validade se fosse realizada no período de entressafra. No Brasil, a colheita do cereal vai de agosto a janeiro de 2008. A nota informa que se o objetivo da medida for ajudar no controle da inflação, seria mais efetivo reduzir as tarifas de toda a cadeia produtiva: trigo em grão, farinha de pré-misturas, pães, massas e biscoitos.

A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná posicionou-se contra a retirada dos 10% incidentes como tarifa aduaneira do Mercosul sobre o trigo procedente de países externos ao bloco, como desejam os moinhos. Naturalmente, a retirada desse percentual tenderia a reduzir os preços locais pela entrada de produto estrangeiro mais barato. Sem falar do trigo do Canadá e dos EUA, com subsídio de origem.

De outro lado, a medida não acarretaria efeito prático no mercado interno. O volume previsto para trazer de terceiros países é pequeno e não compensa por causa do frete. Não haveria uma diminuição das importações argentinas, que é o principal fornecedor de trigo para o Brasil.

de 20%, e menor para seus derivados, de 10%. Fica o risco de o governo argentino aumentar as tarifas de exportação. Isso estimularia a importação de farinha de trigo argentina. Haveria um aumento na concorrência com o produto nacional. Por causa disso, o Chile aplicou uma taxa ao cereal argentino de 33%.

Aliás, nessa questão, as indústrias brasileiras de trigo devem entrar com processo *antidumping* contra os moinhos argentinos, para questionar as exportações subsidiadas de farinha de trigo e pré-mistura para o País. A decisão foi tomada após diversas tentativas fracassadas de negociação entre o setor moageiro e o governo para barrar a entrada desses produtos da Argentina.

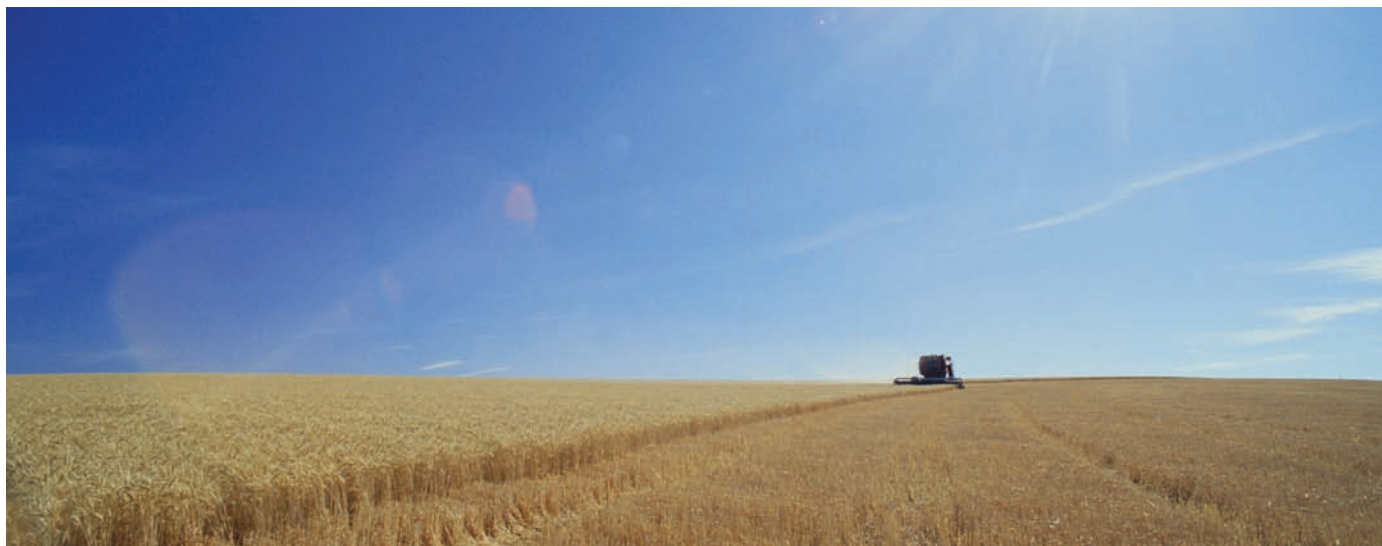
No mercado interno brasileiro, diante da realidade externa, os preços do trigo de qualidade continuam a subir. Os preços do trigo se equiparam hoje aos preços da soja, algo incomum do ponto de vista histórico. O normal é oscilar na faixa de 55% a 60%.

Devido à quebra na produção da temporada 2006/07, por conta de geadas e secas na Região Sul, o Brasil colherá somente 3,5 milhões de toneladas. Isso aumentou suas importações para 7,5 milhões de toneladas. Nesse cenário de medo de escassez global e alta de preços do cereal, os moinhos brasileiros antecipam as importações. ■

exemplo, a escassez do produto é a tônica neste ano, a ponto de o país ter fechado as exportações desde março passado. De uma safra de 14 milhões de toneladas, suas exportações deverão chegar a, no

máximo, 8,5 milhões de toneladas. Com o Brasil, há um compromisso de embarcar 2 milhões de toneladas.

Desde 2002, os argentinos impõem uma tarifa de exportação maior para o trigo,



Leite |

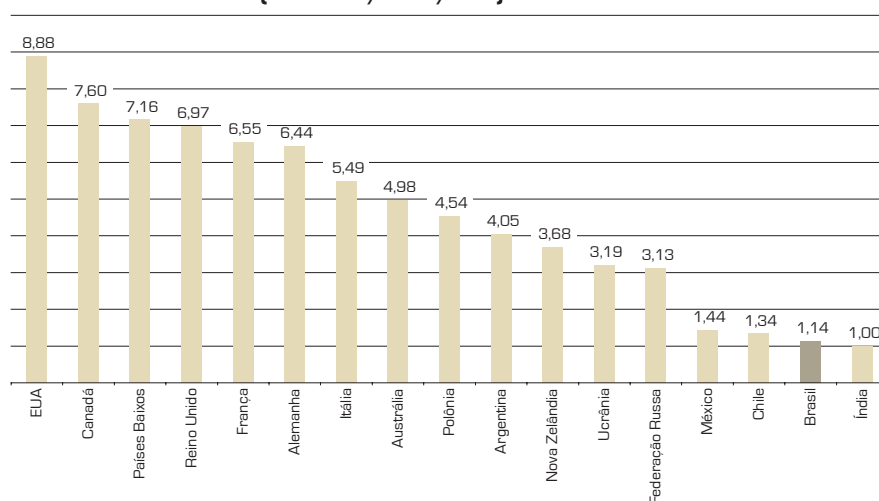
Análise de produtividade

Glauco Carvalho¹
Cláudio Nápolis Costa¹
Luiz Carlos Takao Yamaguchi¹
Marcos Cicarini Hott²

A PRODUÇÃO brasileira de leite cresceu 69,6% entre 1990 e 2005, atingindo 24,5 bilhões de litros. Isso equivale a um incremento anual de aproximadamente 3,5%, bem acima do crescimento médio observado na economia brasileira de 2,5% ao ano. Nesse período, muitos acontecimentos promoveram transformações na cadeia produtiva do leite. O setor conviveu com surtos de importações, desregulamentação de preços (até então tabelados para o combate à inflação) e transformações na logística de captação de leite no âmbito das fazendas, entre outros. Mais recentemente houve maior atenção aos programas para melhoria da qualidade da matéria-prima, com estabelecimento de padrões desejáveis, com a implementação da Instrução Normativa 51, favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional de lácteos.

O aumento da produção brasileira de leite ocorreu em grande parte devido ao avanço na produtividade média do rebanho leiteiro, que passou de 0,76 mil litros/vaca/ano em 1990 para 1,14 mil litros/vaca/ano em 2005. Nesse período, enquanto o número de vacas ordenhadas recuou 0,2% ao ano, a produtividade média subiu 3,7% ao ano. A melhoria genética dos rebanhos e a maior profissionalização na gestão das fazendas, sobretudo no que tange ao manejo e nutrição do rebanho, certamente contribuíram para esse resultado. Todavia, apesar do expressivo incremento de produtividade, o Brasil ainda ocupa uma posição adversa no âmbito mundial quando comparado aos padrões de grandes produtores e exportadores de lácteos.

Produtividade média do rebanho leiteiro em países selecionados em 2004 (mil litros/vaca/ano)



Fonte: FAO



Tal situação ilustra o enorme potencial de expansão da produtividade no Brasil e, conseqüentemente, uma oportunidade para incremento de competitividade. Aliás, o Brasil se destaca entre os países de menor custo de produção no mundo, ficando ao lado da Argentina, Austrália, Índia, China, Polônia e

Ucrânia, entre alguns exemplos. Além disso, o País possui baixos custos de suplementação do rebanho, quando comparado aos padrões internacionais, por praticar um sistema de exploração à base de pastagens que, além de ser um tecnologia de custo reduzido, minimiza o risco do mal da vaca louca.

Todo esse contexto coloca o Brasil em uma posição favorável no âmbito internacional, com disponibilidade de terras, espaço para aumento expressivo de produtividade e baixo custo de suplementação volumosa. Nesse caso, pode-se inferir que o custo marginal de expansão da produção de leite no Brasil é relativamente menor que o de outros grandes produtores e exportadores mundiais, como Austrália e Nova Zelândia, que possuem sistemas de produção otimizados. Estudo apresentado por Alejandro Galetto da cooperativa SanCor, no Interleite 2007, mostrou que o aumento da produção em uma mesma propriedade na Argentina e naqueles países é obtido a custos crescentes, gerando ao final um custo médio bem mais elevado.

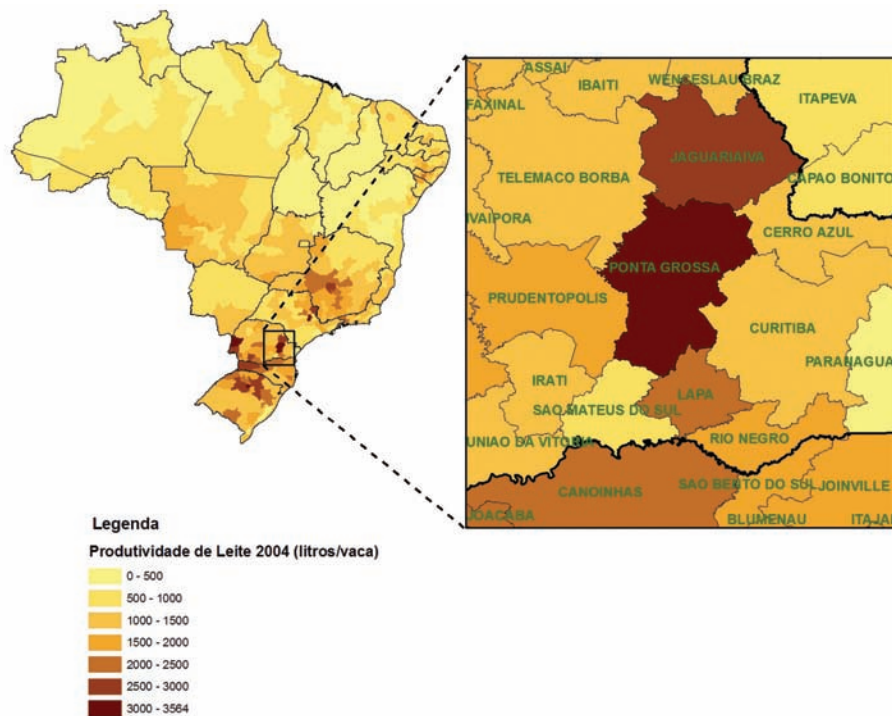
Retornando à questão da produtividade brasileira, em termos regionais, os estados do Sul apresentam a maior produtividade leiteira do Brasil, seguidos pelos do Sudeste e Centro-Oeste, expressas em litros/vaca ordenhada/ano. A maior produtividade média do País ocorre no estado de Santa Catarina, estimada em 2,1 mil litros/vaca/ano.

Em termos de microrregiões, entre as 10 de maior produtividade média, oito delas encontram-se nos estados do Sul, sendo quatro no Paraná, três no Rio Grande do Sul e uma em Santa Catarina.

A microrregião de Ponta Grossa, no Paraná, destaca-se como a de maior produtividade média, em um patamar 3,6 vezes superior ao brasileiro. A Figura 3 ilustra a produtividade leiteira no Brasil por microrregião, com destaque para a de Ponta Grossa, que apresentou 3,5 mil litros/vaca ordenhada/ano em 2004. Poucas microrregiões do país apresentaram produtividade entre 3 e 3,5 mil litros/vaca/ano. Em outras palavras, menos de 1% de todas as microrregiões do Brasil apresentaram produtividade superior a 3 mil litros/vaca/ano.

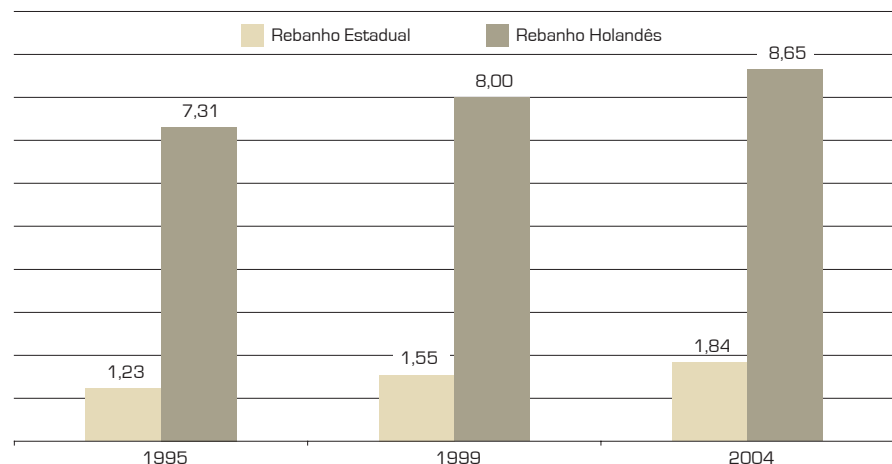
Mas, o que diferencia a microrregião de Ponta Grossa? É uma microrregião que utiliza mão-de-obra com forte engajamento direto na atividade, condições climáticas favoráveis, predomínio de raças européias, manejo nutricional compatível

Produtividade leiteira no Brasil, por microrregião, em 2004



Fonte: IBGE. Elaboração: Embrapa Gado de Leite/Embrapa Monitoramento por Satélite

Produtividade do rebanho leiteiro no Paraná no período 1995 a 2004 (mil litros/vaca/ano)



Fonte: IBGE. Embrapa Gado de Leite.

com as exigências do rebanho e estrutura cooperativista atuante no arranjo produtivo. Enfim, um conjunto de fatores cuja sinergia favorece a produção de leite.

No período 1990/2004 observou-se crescimento da produtividade média no estado do Paraná, seja do rebanho leiteiro em geral ou daqueles da raça holandesa. Verifica-se que a evolução da produtividade, em litros/vaca/ano, do rebanho holandês foi significativamente superior à média do rebanho estadual. Esta análise comparativa pode ser um indicativo do potencial impacto da melhoria genética (e das tecnologias adotadas no manejo dos sistemas de produção) nos índices de produtividade e da produção de leite no Brasil.

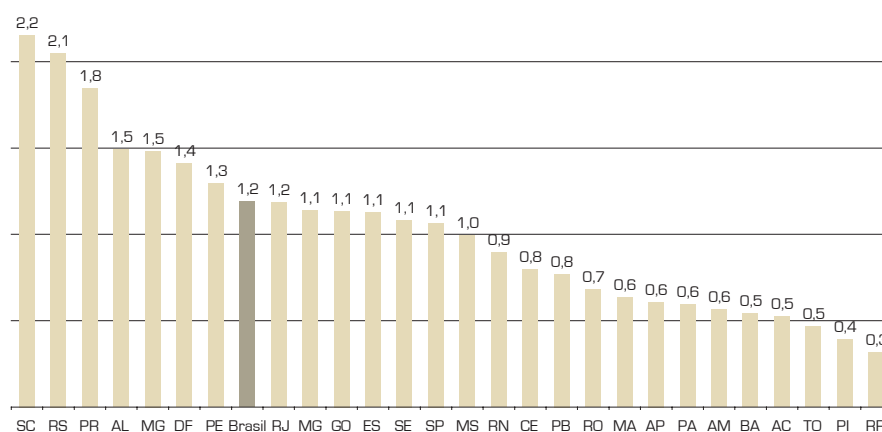
Essa mesma diferença dos níveis de produtividade entre os rebanhos é observada em outros estados onde a raça holandesa tem sido utilizada por um grupo significativo de produtores, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e no estado de Goiás.

Em termos estaduais apenas seis estados mais o Distrito Federal apresentaram valores de produtividade média do rebanho acima da média do País. Nesses mesmos estados, com exceção de Alagoas e Pernambuco, o crescimento da produtividade também superou a média brasileira, que foi de 3,7% ao ano.

O estado de Goiás destacou-se na expansão da produtividade média nos últimos 15 anos, com uma taxa geométrica de crescimento de 7,4% ao ano. Em patamar superior a 5% anual, aparecem também o Distrito Federal, Roraima e Santa Catarina, o que demonstra a velocidade de expansão da produtividade do rebanho brasileiro.

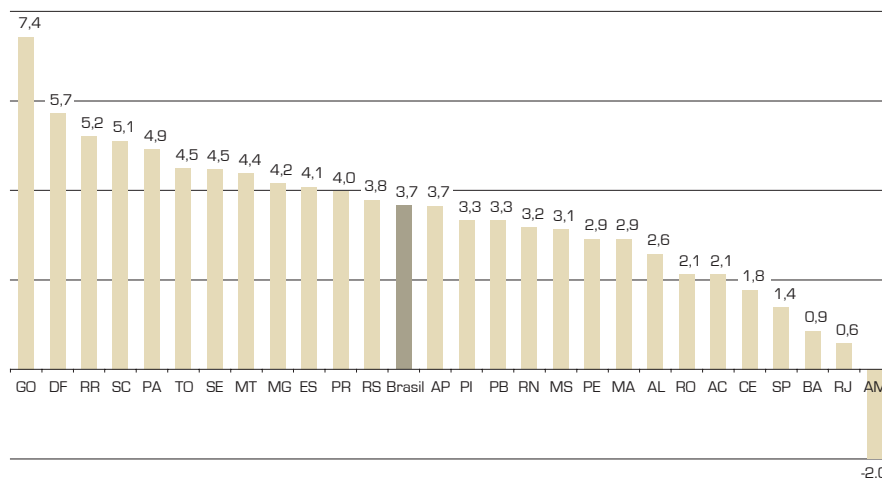
Para os próximos anos, mantendo-se a tendência de crescimento de produção de leite pode-se inferir um total de 36 bilhões de litros em 2016, ou 46% superior ao patamar atual. Nesse sentido, a inserção mais expressiva do Brasil no mercado mundial é fundamental para o escoamento do excedente de leite. Estudo da Embrapa Gado de Leite, apresentado no Congresso da Sober em 2006, indicou crescimento do consumo interno de lácteos nos próximos dez

Produtividade leiteira no Brasil, em 2005 (mil litros/vaca/ano)



Fonte: IBGE. Elaboração: Embrapa Gado de Leite

Taxa geométrica de crescimento da produtividade leiteira no Brasil entre 1990 e 2005 (% ao ano)



Fonte: IBGE. Elaboração: Embrapa Gado de Leite

anos, variando de 18% (PIB crescendo a 2% ao ano) até 34% (PIB crescendo 5% ao ano). As projeções consideraram as elasticidades-renda e hipóteses de crescimento populacional, crescimento econômico e distribuição de renda.

O fato é que, historicamente, a produção de leite tem apresentado aumento contínuo e em patamar superior à média da economia brasileira medida pelo PIB. Os ganhos de eficiência foram robustos, pois o incremento da oferta ocorreu simultaneamente ao recuo dos preços recebidos pelos produtores, conforme artigo

do primeiro autor na *Agroanalysis* de agosto de 2007.

Essas tendências indicam ganhos de competitividade na cadeia produtiva do leite. Ademais, verifica-se a especialização do produtor em busca de maior volume e qualidade. Por fim, inúmeras tecnologias para produção de leite estão disponíveis e podem contribuir para a expansão da produtividade da pecuária leiteira no Brasil. ■

1 Pesquisadores da Embrapa Gado de Leite

2 Pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite

Leite II

Impacto na inflação

DEPOIS DA baixa no final de 2005, o setor de leite mostra recuperação. O produtor tem conseguido, na média de junho, julho e agosto deste ano, um valor real de 15% a 18%, superior à média desse trimestre de 2001 a 2006.

No mercado interno há uma disputa pelo leite entre as indústrias. A recente seca fez que a captação de leite pelos laticínios ficasse abaixo do normal. Houve uma oferta menor por parte de produtores tradicionais, como a Austrália, além da maior demanda por esse produto pelos asiáticos, especialmente Índia e China, devido à elevação de renda nos últimos anos.

O preço do leite – longa vida ou *in natura* – registrou alta bem acima do ICV

(Índice do Custo de Vida) nos últimos dez anos, sobretudo nos oito primeiros meses deste ano, segundo dados do Dieese. Para explicar essa conjuntura de alta são apontados o aumento da demanda interna e para exportação e a desaceleração da produção. Muitos produtores tradicionais e de alta produtividade abandonaram a atividade ao longo desta década.

De 1997 a agosto de 2007, enquanto o ICV registrou alta de 101,16%, preço do leite longa vida integral e o desnata-do subiram, respectivamente, 185,09% e 164,08%. Já o leite *in natura* subiu 158,74% no mesmo período.

Em agosto, a diferença do preço do leite longa vida para o consumidor e as indús-

trias retornou aos patamares normais de 15,0%. A tendência é uma diminuição na pressão dos preços de leite e derivados, seja no atacado ou no varejo. Isso deve acontecer a partir deste mês de setembro, mas a seca diminui um pouco a possibilidade de recuo nos preços, tanto no varejo como no atacado.

No ano, os preços no mercado *spot* aumentaram de R\$ 0,60 para R\$ 1,05 o litro na média dos grandes estados produtores, como São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

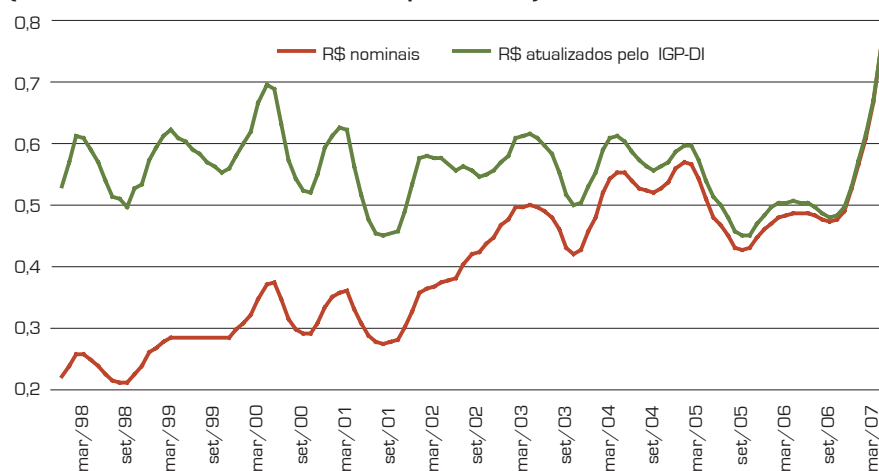
Um movimento de continuidade na alta de preço parece não ter fôlego. Os produtores devem aproveitar esse aumento para capitalizar-se e melhorar a gestão da criação. Rentabilidade elevada, fora dos padrões normais, ocorre em período curto e pouco afeta se a produtividade for baixa.

No interior, como a demanda cresceu, o preço de uma vaca leiteira também aumentou. Pelas estimativas da Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, o valor de uma vaca registrada oscilava no intervalo de R\$ 3 mil a R\$ 4,5 mil no início deste ano. Atualmente, está entre R\$ 4,5mil a R\$ 6,5 mil, uma variação acima de 40%.

Para se trabalhar com horizonte de tempo curto, o entendimento correto é de que os preços correntes não se coadunam com a realidade do País, em especial com a capacidade de aquisição das camadas mais pobres. Na Holanda, por exemplo, os produtores receberam, em julho deste ano, o equivalente a R\$ 0,75/litro. Os preços voltarão logo aos patamares mais equilibrados.

No acumulado do primeiro semestre de 2007 (janeiro a julho), a receita com as exportações brasileiras de lácteos somou US\$ 93,7 milhões, alta de 9% ante o mesmo período de 2006 (US\$ 85,9 milhões). Com importações de US\$ 81,9 milhões, o Brasil tem balança positiva em US\$ 11,8 milhões. Em igual período do ano passado, a balança comercial de lácteos acumulava um saldo positivo de US\$ 5,5 milhões. O leite em pó foi o produto mais exportado pelo Brasil, correspondendo a 52% da receita de julho (US\$ 13,1 milhões). ■

Brasil: preços médios do litro de leite pago aos produtores (R\$ nominais e em R\$ atualizados pelo IGP-DI)



Fonte: Scot Consultoria

Produção do leite no Brasil (mil litros)

2000	2001	2002	2003	2004	2005
19.767.206	20.509.953	21.642.780	22.253.863	23.474.694	24.620.859

Fonte: IBGE

Pecuária

Vilã do ambiente?

Maurício Palma Nogueira¹Alcides Torres²Fabiano R. Tito Rosa³

A DEFESA do ambiente é pauta das atenções em todo o mundo. Pesquisas e estudos discorrem sobre os efeitos do aquecimento global. E o mais importante, o embasamento técnico-científico sobre o assunto aumenta.

Estudo feito pela Food Agriculture Organization, coordenado por Henning Steinfeld, chamado A Grande Sombra da Pecuária:

- Induz que reduzir o consumo de carne bovina traz benefícios ao ambiente;
- Aponta a bovinocultura como responsável por 35% a 40% das emissões de metano (CH₄), que é 21 vezes mais prejudicial que o gás carbônico (CO₂).

No aumento do efeito estufa, o gás carbônico representa 49% e o metano 18%. No

caso da pecuária, os animais alimentados a pasto emitem mais metano em relação a aqueles suplementados com concentrados.

Como na produção de bovinos é necessário o cultivo de pastagens, é preciso analisar o saldo do sistema planta/animal. Afinal, há uma compensação dos gases emitidos. Quando se faz o balanço das emissões dos bovinos e a retenção pelas pastagens, o saldo é positivo.

Mesmo diante da tendência da pecuária de intensificar:

- A produção: maior número de animais por hectare;
- Adubações nitrogenadas: maior emissão de óxido nitroso.

Ocorre uma melhora no sequestro de carbono ante o aumento:

- De massa verde;
- Da relação entre carbono e nitrogênio na matéria seca: 40/1 a 50/1;
- Dos resíduos de forragens adicionados ao solo depois de cada pastejo.

Materiais ricos em carbono, como restos de gramíneas, quando adicionados ao solo, melhoram as condições para a atividade de microrganismos. No entanto, quando há falta de nitrogênio, a atividade microbiológica fica inibida.

Nos restos de plantas com relações altas de carbono/nitrogênio, os microrganismos “roubam” nitrogênio do solo para o processo de decomposição. Nas relações C/N mais baixas há maior disponibilidade de nitrogênio para o processo.

Imobilização: nitrogênio da forma mineral para o nitrogênio em formas orgânicas.

Mineralização: nitrogênio orgânico para formas minerais mais disponíveis às plantas.

No processo de decomposição, os microrganismos usam os materiais orgânicos como fonte de energia e fonte de carbono. Os produtos finais são gás carbônico, água, sais minerais e compostos nitrogenados.

A decomposição da matéria orgânica é proporcional à relação carbono/nitrogênio. Quanto maior a quantidade de nitro-

Brasil: balanço de gases na pecuária

Emissão por cabeça/ano de um bovino:

56 quilos de metano

50 quilos de gás carbônico

Fonte: IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change)

Rebanho bovino: 191,3 milhões de cabeças

Pastos: 176 milhões de hectares

Cabeças por hectare: 1,08

Emissão por hectare de pasto/ano: 60,5 kg de metano e 54 kg de gás carbônico

Sequestro por hectare de pasto/ano: de 0,8 a 2,0 toneladas de carbono

Massa molecular

Carbono = 12

Hidrogênio = 1

Oxigênio = 16

Gás carbônico (CO₂) = 44

Metano (CH₄) = 16

Participação do carbono no:

CO₂ = 27,2%.

CH₄ = 75,0%

1 quilo de carbono equivale a 3,67 quilos de CO₂

Pecuária: balanço de emissão e sequestro de carbono (em equivalente CO₂)

Molécula	Emissão	Sequestro	Participação do carbono	Emissão de carbono	Sequestro de carbono	Emissão de equivalente CO ₂	Sequestro de equivalente CO ₂
	kg/ha/ano		%	kg/ha/ano		kg/ha/ano	kg/ha/ano
CH ₄	60,5		75,00%	45,4		1.270,50 [a]	
CO ₂	54,0		27,20%	14,7		54,00	
Carbono		920	100,00%		920		3.376,4 [b]
Total	114,5			60,1	920	1.324,50	3.376,4

Fonte: Embrapa Cerrados Informa / IPCC/ Scot Consultoria. [a] emissão convertida em CO₂ = 60,5 kg/ha/ano x 21 = 1.270,5. [b] sequestro de carbono [920] x 3,67 = sequestro em CO₂ [3.376,4]

gênio maior será a quantidade de carbono fixado no solo.

Comparação da adubação, lotação animal, seqüestro de carbono em equivalentes CO_2 , emissão de óxido nitroso pela adubação em equivalentes CO_2 , emissão de gases pelos bovinos em equivalentes em CO_2 , seqüestro e emissão de equivalente gás carbônico pela atividade pecuária*.

Na estimativa mais pessimista, mesmo com ganho crescente em carbono seqüestrado, à medida que aumentam as adubações, o saldo em equivalente dióxido de carbono cai lentamente. Em determinado nível de tecnologia, as emissões podem superar o seqüestro.

Os especialistas apontam que, a partir de determinado momento, o solo perde a capacidade de seqüestrar carbono via decomposição. Assim, o estoque de carbono no solo não aumentaria mais.

Mas é preciso considerar que o animal não consome a totalidade da forragem produzida. A campo, em sistemas bem manejados, o bovino consome de 40% a 50% da matéria seca produzida.

A quantidade de carbono na planta e nas raízes, ou seja, que se transforma em matéria vegetal, deve entrar na conta. Nem todo o carbono da matéria vegetal fica retido no solo. Por isso, com o aumento da tecnologia de produção, a relação entre equivalente gás carbônico retido pelo capim e o emitido pelo bovino será superior. Para estreitar essa relação, o bovino em pastejo teria de consumir 85% na matéria seca disponível no pasto.

A constatação de que a partir de determinado momento o solo não seja mais capaz de seqüestrar carbono não condena a pecuária. Condena toda a agricultura, inclusive o plantio direto, pois o raciocínio vale para todas as culturas. O solo, em determinado momento, não irá mais acumular carbono.

Nesse ponto é preciso analisar o benefício ambiental do ciclo do carbono na atmosfera, no vegetal vivo e na matéria vegetal morta em decomposição. Essa questão influencia toda a produção agropecuária.

Como a adição de matéria vegetal ao solo sempre proporcionará grande retenção de equivalente gás carbônico, a

Relação carbono/nitrogênio	Imobilização do nitrogênio
Abaixo de 17/1	Inferior à mineralização
De 17/1 a 33/1	Igual à imobilização
Acima de 33/1	Superior à mineralização

Para cada 100 kg de nitrogênio aplicado via adubação

- Liberação de óxido nitroso (N_2O): 1,96 quilo
- Óxido nitroso (N_2O) equivale a 296 vezes o gás carbônico
- Emissão de 580 kg de equivalente em CO_2
- Seqüestro de C no pasto: $580 \text{ kg} / 3,67 = 158 \text{ quilos}$

Adubação	Lotação média anual	Seqüestro de carbono	Emissão N_2O	Emissão dos bovinos	Saldo seqüestrado
kg de N/ha	UA/ha	kg/ha de equivalente dióxido de carbono - CO_2			
100	1,52	6.426	580	2.520	3.327
200	3,04	9.471	1.160	5.040	3.271
300	4,57	12.515	1.740	7.560	3.215
400	6,09	15.559	2.320	10.080	3.159

Fonte: Scot Consultoria, em simulação com base em diversos dados de pesquisa. UA=unidade animal

pecuária pode ser analisada sob o mesmo padrão com que se analisa a agricultura. Nem para mais, nem para menos. O boi não é vilão.

Trabalhamos com simulações baseadas em informações científicas. A pesquisa precisa analisar os parâmetros, as questões e as possibilidades. Com base apenas em hipóteses, não é possível condenar e nem glorificar um sistema de produção. O risco de mau julgamento é enorme.

O denso relatório da FAO – A grande sombra da pecuária –, com mais de 400 páginas, não recomenda a redução do consumo de carne ou de outros produtos da pecuária. Ao contrário, ressalta a importância dos produtos de origem animal para a nutrição e para a saúde humana. Também põe em relevo a importância da produção pecuária para o desenvolvimento dos mais pobres. É evidente, pois gera empregos, renda e dignidade.

O estudo tem base científica e recomenda ações para a proteção ambiental. Cita a questão do desmatamento, da baixa tecnologia, das queimadas e da degradação das áreas. Dessa forma, a atividade causará impactos negativos.

Outra questão analisada é o efeito negativo dos subsídios à produção pecuária no ambiente. Quando há subsídios, o desenvolvimento da pesquisa e de novas tecnologias acaba inibido.

O impacto de uma eventual redução de consumo seria a perda de renda dos produtores, em função da conseqüente redução dos preços, devido à queda da demanda. Se isso acontecesse, o produtor privado de seus recursos procuraria a forma mais barata de se capitalizar.

E explorar a floresta é uma das possibilidades imediatas, pois ela está ali para ser colhida. Por falta de capital e de opções isso já acontece. Retirar do agricultor brasileiro uma forma de renda racional e sustentável é intensificar esse comportamento exploratório. Aí, não é mais uma hipótese, mas, sim, uma certeza.

A melhor forma de defender o ambiente é não avançar sobre novas áreas, antes de produzir o máximo agrônomo por hectare nas áreas já abertas. Para que isso ocorra, é preciso ter lucro ao adotar tecnologias de produção. Ninguém investe sem perspectivas de ganho.

Reportagens sensacionalistas e recomendações dogmáticas, caso sejam seguidas pela população, causam efeito contrário ao que se pretende com esse terrorismo. Felizmente para o Brasil e para o planeta, o consumidor não tem seguido tais dogmas. ■

1 engenheiro agrônomo

2 engenheiro agrônomo

3 zootecnista

Scot Consultoria. www.scotconsultoria.com.br

Ovinos-caprinos

Futuro dos pequenos ruminantes

SEGUNDO DADOS da FAO, em 2006, a produção de carne ovina e caprina, no mundo, foi de cerca de 13,5 milhões de toneladas. No primeiro e segundo postos do *ranking* mundial, a China e a União Européia participam, respectivamente, com 33% e 7,4%

Para 2007, as projeções são de uma produção de 13,8 milhões de toneladas, com um incremento de 2%. Dentre os dez principais países produtores, o Irã tende a ter maior aumento percentual, com 20%. A seguir, vem a China, com 4%. Já os demais países não modificaram a sua produção de forma significativa.

A finalidade da produção varia entre os países:

- A Europa e Índia produzem para leite;
- A China para carne.

O mercado de lã ainda não está plenamente desenvolvido em âmbito internacional. Com dados em mil toneladas limpas, na exportação destacam-se a China (157), a Nova Zelândia (168), a Austrália (338) e a União Européia (98). Na importação, a Nova Zelândia (136) e a Austrália (261)

Na dinâmica da produção mundial de carne de ovino e caprino, os países de alto índice populacional afetam de forma ostensiva a quantidade produzida. A produção de leite e carne pelos pequenos ruminantes é apontada como uma das boas alternativas para servir de base de alimentação para a população. Nesse sentido, ajuda o desenvolvimento rural e contribui para oferecer outra forma de proteína animal.

Na Austrália, maior exportador mundial, as projeções iniciais eram de aumen-

**Produção de carne ovina
(milhões de toneladas)**

	2006	2007
Total	13,5	13,8
China	4,5	4,7
União Européia	1,0	1,0
Índia	0,7	0,7
Austrália	0,7	0,7
Irã	0,5	0,6
Paquistão	0,6	0,6
Nova Zelândia	0,5	0,5
Turquia	0,3	0,3
Nigéria	0,3	0,3
Sudão	0,3	0,3
Outros	4,1	4,1

to da produção. Mas uma longa estiagem atrapalhou os planos dos criadores. Como muitos animais tiveram de ser abatidos antes do ponto ideal, houve aumento a oferta, mas a demanda garantiu a sustentação aos preços.

Depois de anos consecutivos de redução do rebanho, a Nova Zelândia entrou em novo período de crescimento em 2006. O número de cabeças aumentou em 2% quando comparado a 2005, e chegou a 40,7 milhões no ano passado. Nesse período, o abate reduziu-se em 1%, devido à retenção de matrizes. A produção, no entanto, ficou praticamente no mesmo nível, em função de um leve aumento no peso do animal abatido, em 539.000 toneladas.

Na temporada de setembro de 2005 a outubro de 2006, as exportações cresceram 4%, principalmente por causa da

Europa: futuro dos pequenos ruminantes

- Crescimento em escala;
- Maior produtividade;
- Diminuição do pastejo;
- Importância do mercado sobre o desenvolvimento rural.

Pequenas criações:

- Qualidade e inovação;
- Multifuncionalidade e desenvolvimento rural.

Grandes criações:

- Produtividade e escala.

Rastreabilidade para:

- Controle sanitário da produção;
- Confiança do consumidor;
- Controle genético do produtos no frigorífico;
- Controle sanitário dos produtos transformados e elaborados;
- Diversidade de produtos de qualidade;
- Selos de qualidade.

maior demanda na União Européia. As exportações de carne ovina e caprina são favorecidas porque alguns países impõe restrições à carne bovina e optam por produtos substitutos. Os principais importadores europeus são: Grã-Bretanha (38%), França (15%), Alemanha (13%), Bélgica (9%), Itália (8%) e Grécia (8%).

A demanda internacional está associada ao efeito de um alto consumo ligado a fatores culturais, como a exigência de quali-

Exportação de carne ovina (mil toneladas)

	1990	1995	2000	2005	2006	Var 05/00 [%]
Total	942,0	1.068,0	1.146,0	1.254,0	-	9,42
Austrália	273,9	328,7	420,1	395,1	320,7	-5,95
Nova Zelândia	375,5	375,0	380,2	366,4	370,3	-3,63
Reino Unido	90,5	143,7	93,5	86,3	86,6	-7,70
Irlanda	59,9	51,4	58,1	55,1	-	-5,16
Outros	142,2	169,2	194,1	351,1	-	100,8

Fonte: FAO

Selos de qualidade europeus**Denominação de Origem Protegida (DOP)**

designa o nome do produto cuja produção, transformação e elaboração deve ser realizada em uma zona geográfica determinada, com conhecimentos específicos

**Indicação Geográfica Protegida (IGP)**

O meio geográfico está presente em pelo menos uma das etapas de produção, transformação e elaboração. O produto se beneficia de uma boa reputação

**Garantia de especialização tradicional (ETG)**

Destaca uma composição e modo de produção tradicional, Não faz referência à origem

dade e preços, além, evidentemente, do seu crescimento demográfico. O consumo está pulverizado por várias partes do mundo. Os canais de exportação estão voltados ao atendimento de nichos específicos. Por isso, a taxa de crescimento do fluxo comercial depende muito do desenvolvimento tecnológico e da atividade do exportador em melhorar a capacidade do importador para expandir o consumo no seu mercado local.

Os principais exportadores de carne ovina são a Nova Zelândia e a Austrália. Ambos são referências na formação dos preços internacionais. De 2000 a 2005, o preço da tonelada de carne nesses países

chegou a dobrar, de US\$ 1mil para US\$ 2 mil. De acordo com a fonte de informação considerada, qualquer um deles pode ocupar o primeiro e segundo postos. O importante é que ambos concentram 70% do volume exportado no âmbito mundial. Nos EUA os preços são quase o triplo dos na Oceania.

Segundo a FAO, as exportações totais de carne ovina e caprina durante 2005 ficaram em 1,25 milhões de toneladas. Aproximadamente 80% dessas exportações estiveram concentradas em somente seis países.

Durante 2005, a Austrália, com uma quantidade de 395,1 mil toneladas, cer-

ca de 31% do total, foi o principal exportador, principalmente para o Oriente Médio (47 mil t) e EU e Canadá (42 mil t).

Depois de ocupar o primeiro lugar durante um longo período, a Nova Zelândia passou para o segundo, em termos de volume exportado de carne ovina.

Em 2005, os embarques foram de 366,4 mil toneladas, correspondentes a 28% do total. O principais destinos foram a UE (246 mil t), o Oriente Médio (50 mil t), os EUA e o Canadá (46 mil t).

A posição comercial da Austrália e da Nova Zelândia está bem consolidada. São países competitivos e influentes no mercado internacional. Oferecem níveis de qualidades diferenciados de produtos, inclusive de gado vivo.

Sistemas mais intensivos

Quando se analisa a evolução das exportações de carne ovina de 2000 a 2005, os números da Austrália e da Nova Zelândia apresentam uma pequena queda. A Inglaterra aparece no terceiro posto, com 86,3 mil toneladas e uma participação de 6,9%. Em quarto, a Irlanda, com 55,1 mil toneladas. De expressivo, tem ainda a Síria, com 53,1 mil toneladas.

Quanto à evolução futura do rebanho e da produção mundial de ovino e caprino:

- Oceania (Austrália e Nova Zelândia): limitada e perda de participação
- América do Sul com posição incerta ante o custo de exportação por causa do petróleo;
- Europa: cortes de subsídios desestimulam a produção
- Ásia: crescente na Índia e China (o consumo de leite, muito baixo, de 18 quilos por habitante ano, deverá multiplicar-se em dez anos)

Para os países em desenvolvimento a produção de produtos leiteiros é muito estratégica em função dos problemas de alimentação. Além disso, os pequenos ruminantes estão muito bem adaptados às condições de clima tropical seco. Na Síria a produção de iogurte na primeira metade desta década cresceu 50% e passou de 90 mil toneladas. ■

Transgênicos I

Soja brasileira sai em 2011

ATÉ 2011, chega às lavouras a primeira soja transgênica brasileira, resultado de uma parceria entre a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Basf. A variedade, resistente a herbicidas, foi desenvolvida no Brasil, após 12 anos de pesquisas.

O genoma da soja foi modificado com a inserção de um único gene (Ahas), extraído de uma planta usada na produção de herbicidas. Sob a coordenação do agrônomo e geneticista Elibio Rech, os experimentos foram todos realizados no Cenargen (Centro Nacional de Recursos Genéticos) da Embrapa.

A primeira soja transgênica brasileira vai concorrer com sementes de soja tolerantes ao glifosato. Para Rech, a nova soja vai ser uma alternativa para os produtores, permitindo a redução de custos de produção com a aplicação racional de herbicidas no controle das plantas daninhas.

A soja da Embrapa-Basf ainda será submetida à avaliação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), conforme requer a Lei de Biossegurança.

Segundo Rech, a nova variedade de soja deverá estar disponível no mercado em 2010.

Como o País é grande exportador de soja, a variedade também precisa ser credenciada nos países compradores.

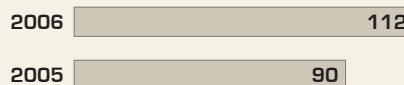
Os *royalties* serão divididos entre a Embrapa e a Basf, conforme prevê um acordo de cooperação comercial assinado pelos dois parceiros. Os investimento na tecnologia consumiu, até hoje, mais de R\$ 13 milhões.

Transgênicos II

Balanço do plantio

ESTUDO DO Isaaa (Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações Biotecnológicas Agrícolas) mostra que o plantio de transgênicos cresceu 13% no mundo em 2006. Mais de 9,3 milhões, ou 90% dos agricultores que cultivaram plantações OGMs no ano passado, são pequenos produtores de países em desenvolvimento.

O relatório indica que o crescimento da adoção das plantações OGMs foi substancialmente maior nos países em desenvolvimento, atingindo 21%, contra 9% nas chamadas nações industrializadas. Os países em desenvolvimento são responsáveis por 40% da área de transgênicos no mundo.

Mundo: plantio de OGM
(milhões de hectares)

Fonte: ISAAA

Nos próximos anos, segundo o Isaaa, devem chegar ao mercado plantas transgênicas resistentes à seca, beneficiando a agricultura de países pobres. As pesquisas para o desenvolvimento dessas variedades também estão sendo realizadas no Brasil.

O Brasil lidera o crescimento da área de transgênicos na América do Sul, com um aumento de 22% em 2006. A área plantada com soja e algodão GM alcançou 11,5 milhões de hectares. Vale destacar que, na safra 2006/2007, o algodão foi comercializado no Brasil pela primeira vez.

Transgênicos III

Milho na Argentina

ESTE MÊS, a Argentina aprovou o plantio do primeiro milho transgênico com duas características inseridas: resistência a insetos-pragas e tolerância a herbicidas. Por unir os dois principais traços benéficos à lavoura, a variedade permite a redução das aplicações de inseticidas e herbicidas, com benefícios ambientais. Ao produtor, o novo milho oferece ainda facilidade de manejo, maior controle ao longo do desenvolvimento da planta e aumento da produtividade.

A Argentina é o segundo maior produtor de transgênicos do mundo. Cerca de 18% da área plantada no país é ocupada por organismos geneticamente modificados (OGMs). Os argentinos só perdem para os Estados Unidos, onde os OGMs cobrem 53% da área agrícola total. O Brasil ocupa o terceiro lugar no *ranking*, com 11%.

No Brasil, em agosto último, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) emitiu parecer técnico favorável à liberação comercial de uma variedade de milho geneticamente modificado resistente a insetos. Esta variedade aguardava avaliação há oito anos.

Foi a segunda variedade de milho transgênico aprovada no Brasil. A CTNBio emitiu parecer técnico favorável à liberação comercial de uma variedade de milho geneticamente modificado tolerante a herbicida em maio.

A União Européia aprovou, em agosto, o plantio de uma variedade de batata transgênica. Desde 1998 que a UE não autorizava variedades OGMs na Europa. A batata transgênica concentra 100% de amilopectina pura, substância de grande utilidade para a indústria de produção de papel. ■

Cooperativas

Balanco
de 2007

Evaristo Marzabal Neves¹
Guilherme Signorini²

NA SEGUNDA quinzena de agosto, o jornal *Valor Econômico* disponibilizou o encarte *Valor 1000*, que classifica as 1000 maiores empresas do Brasil, mediante indicadores econômico-financeiros. A avaliação é efetuada pela Serasa, responsável pela captação, análise e processamento das informações e elaboração dos *rankings* e com a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo na supervisão e com aplicação de critérios econômico-financeiros estabelecidos pela própria FGV.

Entre as 400 maiores empresas em 2006, no critério de receita líquida, 16 cooperativas se destacaram, mesmo não sendo um ano favorável, principalmente para aquelas localizadas na Região Sul, penalizadas por condições climáticas adversas, pelos baixos preços internacionais dos produtos agrícolas, pelo câmbio desajustado e pelo bloqueio de produtos da pecuária, afetados pelas barreiras sanitárias. Esses fatores agravaram o endividamento no campo e prejudicaram as exportações das cooperativas.

Os sinais para 2007 são positivos: as vendas das cooperativas para os mercados (externo e doméstico) apresentam crescimento. Segundo a Secex/Mdic, para o período janeiro a julho, as exportações diretas das cooperativas brasileiras foram 18,2% maiores que em igual período em 2006 (US\$ 1,472 bilhão em janeiro/julho 2006 e US\$ 1,740 bilhão em janeiro/julho 2007). Para especialistas em cooperativismo e analistas de mercado, as exportações diretas das cooperativas brasileiras chegarão a US\$ 3 bilhões, contra US\$ 2,833 bilhões em 2006.

Dados da Secex mostram que, entre janeiro a julho de 2007, as exportações bra-

sileiras do agronegócio cresceram 20,8%, para US\$ 33,77 bilhões, em relação a igual período de 2006, subindo para 38,7% a participação nas exportações totais do Brasil, enquanto no ano passado (período jan/jul) estava em 37,4%.

As exportações dos principais produtos das cooperativas do agronegócio já tinham ultrapassado os US\$ 100 milhões em vendas entre jan/jul 2007 (seis produtos no total). O café grão liderou o

movimento de crescimento, com 61,6% a mais que em igual período em 2006, seguido pelo frango congelado (não mais sob o entrave comercial da gripe aviária) com variação positiva de 54,0% sobre jan/jul de 2006.

O crescimento nas vendas dos seis produtos pelas cooperativas acompanhou a variação positiva registrada pela Secex/Mdic na captação de divisas para o período de jan/jul 2007 em relação a igual período em 2006. Os destaques são o milho e a carne de frango. O açúcar cristal foi a única exceção, com queda.

Um outro indício da recuperação das vendas das cooperativas nas exportações é o crescimento registrado por estado, com boa reação nos das regiões Sul e Sudeste. Destaques para Minas Gerais, devido, principalmente, ao café, e Rio Grande do Sul, nas exportações de grãos e carnes.

Outra informação que registra o avanço das exportações das cooperativas é relacionada aos países de destino, em que os seis maiores registraram, na quase maioria, variações positivas, exceção aos Estados Unidos (-24,7%) e aos Emirados Árabes (-11,5%) nas importações de produtos de cooperativas brasileiras no comparativo jan/jul de 2006 e 2007.

Considerações complementares

Mesmo com a turbulência da crise americana, não são esperados abalos significativos nas *commodities* agrícolas. O crescimento mundial dos preços dos alimentos, puxado pela demanda crescente de gigantes asiáticos em fase de rápido crescimento econômico, como a China e a Índia, e o aumento no uso de terras agricultáveis para a produção de biocombustíveis garantirão os preços.

Por ora, as *commodities* do agronegócio brasileiro não foram atingidas pela crise financeira de forma a sinalizar um arrefecimento de grande intensidade nas exportações de 2007, que sofrem ainda com a desvalorização do dólar. Ao largo da crise financeira, as cooperativas do agronegócio, no balanço dos pontos positivos e negativos de 2007, enxergam ganhos reais para este ano.

Brasil: posição e receita líquida das cooperativas entre as 400 maiores empresas

Cooperativa	Posição	Estado	Receita Líquida (R\$ milhão)
Copersucar	49º	SP	4.602,9
Coamo	103º	PR	2.324,8
Aurora	133º	SC	1.715,7
Itambé	185º	MG	1.233,8
Lar	253º	PR	929,4
Cooxupé	254º	MG	924,0
C. Vale	255º	PR	922,2
Carol	273º	SP	839,8
Cooagri	285º	MS	808,0
Cocamar	308º	PR	760,2
Coop. Usineiros	313º	AL	743,4
Agrária	339º	PR	683,8
Coop. Integrada	353º	PR	655,2
Comigo	365º	GO	625,9
Coopercitrus	372º	SP	611,2
Cooperalfa	391º	SC	586,0

Fonte: Valor Econômico - 1000 Maiores Empresas, Ago/2007

Brasil: exportação dos principais produtos das cooperativas (jan a jul 2007)

Produto	US\$ mil FOB	Variação% jan/jul 07/ jan/jul 06
Açúcar de cana	374.074,8	1,2
Soja grão	293.617,3	23,1
Frango congelado	207.495,1	54,0
Alcool	197.916,2	27,0
Café grão	158.645,2	61,1
Óleo de soja	120.043,5	32,8
Demais produtos	388.152,2	1,0
Total	1.739.944,3	18,2

Fonte: Depla/Secex/Mdic, agosto 2007

A maior produção de grãos, cereais e fibras neste ano e as maiores entregas pelos cooperados, bem como a retomada dos preços das *commodities* agrícolas em relação aos preços vigentes em 2005 e 2006, e a perspectiva de um mercado mundial de alimentos aquecido são sinais da recuperação econômico-financeira das cooperativas.

Para as cooperativas da Região Sul, três fatores sinalizam o crescimento da economia regional: o clima mais favorável permite a retomada da produção agrícola; a superação dos problemas e barreiras sanitárias para aves e bovinos (gripe aviária e febre aftosa) favorece a recuperação da indústria de processamento de carnes e a melhora significativa dos preços internacionais das *commodities* agrícolas em relação aos preços de 2006 e 2005.

Para as cooperativas da Região Sudeste os aquecidos mercados de álcool e café levam a uma expectativa de crescimento de receita em 2007 e, para as cooperativas do Centro-Oeste, que amargaram dois anos de crise agrícola, os ventos sopram favoravelmente para o agronegócio, principalmente para as que têm nos grãos soja e milho o forte de sua comercialização. ■

1 Professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq/USP. E-mail: emneves@esalq.usp.br

2 Graduação em Engenharia Agrônoma – Esalq/USP. E-mail: signorin@esalq.usp.br

Brasil: valor das exportações de algumas commodities do agronegócio, comparativo jan/jul 2006 e 2007

Produto	jan/jul 07 (milhão US\$)	jan/jul 06	Variação [%] 2007/06
Açúcar cristal bruto	1.712,3	1.944,8	-11,95%
Açúcar refinado	1.113,0	974,4	14,22%
Alcool	864,1	644,1	34,16%
Café bruto, grão	1.839,4	1.430,1	28,62%
Frango, pedaços	1.515,0	1.080,1	40,26%
Frango, inteiro	770,0	447,7	71,99%
Milho	687,8	221,8	210,10%
Soja, grão	4.254,4	3.811,4	11,62%
Óleo de soja bruto	636,7	415,3	53,31%
Óleo de soja refinado	223,1	180,2	23,81%

Fonte: Conab e Secex/Mdic, agosto 2007

Brasil: exportação das cooperativas (jan-jul 2006 e 2007)

Estado	jan/jul 07 (US\$ mil)	jan/jul 06	Variação [%] 2007/06
São Paulo	676.607,10	571.572,90	18,4%
Paraná	524.981,30	457.410,40	14,8%
Minas Gerais	177.713,10	102.179,40	73,9%
Santa Catarina	131.584,80	120.844,40	8,9%
R. G. do Sul	109.115,10	68.504,70	59,3%
Demais (17)	119.942,90	151.548,40	-20,9%
Total	1.739.944,30	1.472.060,20	18,2%

Fonte: Depla/Secex/Mdic, agosto 2007

Brasil: exportação das cooperativas por mercado de destino (jan-jul 2007)

País	US\$ mil FOB	Variação jan/jul 2007/06
China	213.677,00	34,4%
Países Baixos	163.675,90	107,9%
EUA	120.896,10	-24,7%
Alemanha	113.300,40	33,3%
Emirados Árabes	112.961,20	-11,5%
Fed. Da Rússia	104.449,40	25,6%
Arábia Saudita	93.069,70	16,0%
Japão	82.731,60	31,7%
Rep. Isl. Irã	81.394,50	8,2%
Nigéria	68.166,70	66,9%
Demais	585.621,80	12,8%
TOTAL	1.739.944,30	18,2%

Fonte: Depla/Secex/Mdic, Agosto 2007

Flores

Oportunidades e desafios

Marcos Fava Neves¹
Rafael Oliveira do Amaral²

UM HÁBITO tão antigo como o de entregar flores tinha tudo para perder espaço em um mundo em que as pessoas buscam, cada vez mais, parafernálias eletrônicas. Até a comercialização de flores de plástico foi apontada como um grande risco. Mas, assistimos exatamente ao contrário. A glamourização das flores continua em alta.

O mercado mundial de flores é estimado em torno de US\$90 bilhões por ano. Só o Brasil movimentaria cerca de US\$800 milhões por ano. É um setor que emprega de 15 a 20 pessoas por hectare e rende de R\$50 a R\$100 mil na

mesma área. Para efeito comparativo, a fruticultura emprega em torno de 5 pessoas por hectare e rende aproximadamente R\$20 mil.

As flores produzidas no Brasil são comercializadas em diversos lugares do mundo. Em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado cabe perguntar: quais são as tendências? Quem é e quais são as necessidades do consumidor?

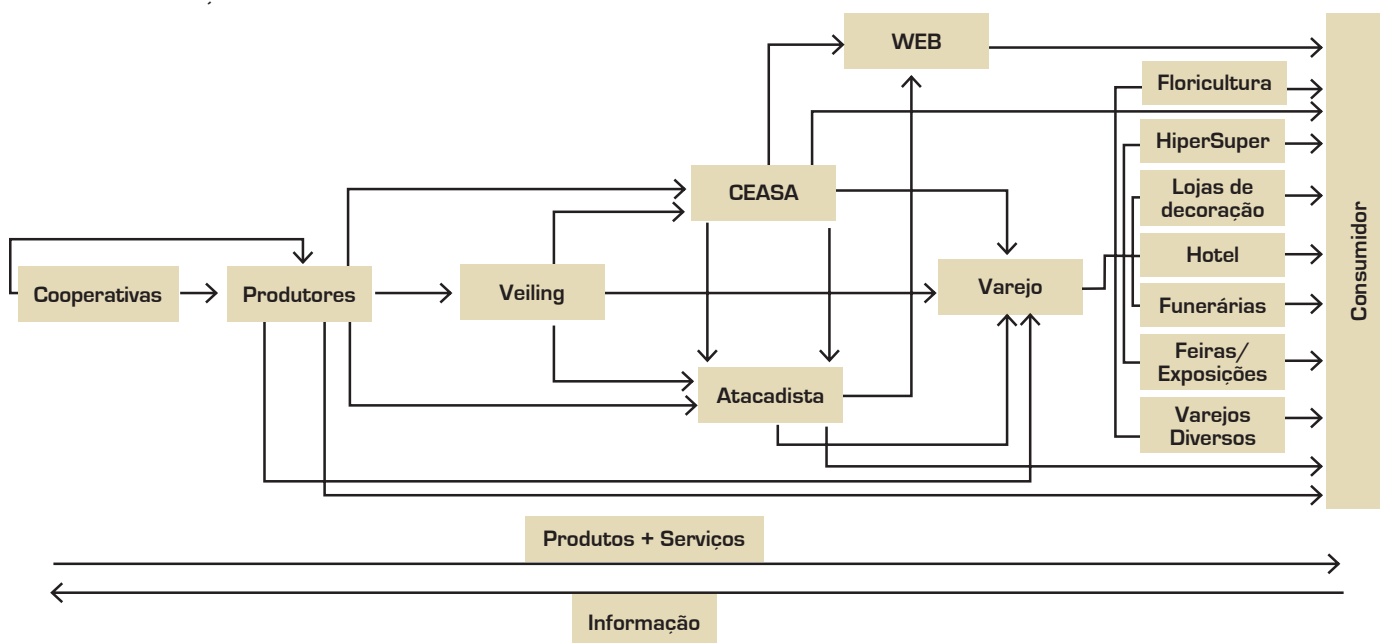
Vamos descrever a rede de distribuição de flores no Brasil, apontar tendências nos diversos elos e apresentar algumas oportunidades para quem está inserido no mercado. Contamos com a valorosa

contribuição de nossos alunos de pós-graduação da Cooperativa Holambra.

Canais de distribuição de flores

Canais de distribuição ou canais de *marketing* são definidos como “um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo de disponibilizar um produto ou serviço para uso ou consumo”.

A produção de flores no Brasil está concentrada principalmente na Região Sudeste. Segundo dados do relatório do Instituto Brasileiro de Flores (Ibraflor) o estado de São Paulo tem 75% da produção nacional. Em termos nacionais, 304 municípios

Rede de distribuição de flores no Brasil



cultivam flores e plantas ornamentais. O cultivo, em sua maioria, é realizado principalmente no campo (71%), depois em estufas (26%) e telado (3%).

A Veiling é um dos mais importantes membros nessa rede de distribuição. Segundo dados da Veiling Holambra estima-se que a empresa seja responsável por 40% das flores e plantas comercializadas no Brasil.

Tendências da cadeia

Visto como mercado forte e altamente promissor, qual é a demanda de produto e de serviços de cada um dos agentes?

É possível identificar algumas tendências dos produtores de flores. Cada vez mais fica evidente a concentração do mercado. Empresas maiores adquirem as pequenas e, com isso, transferem informações e *expertise* em relação à produção e comercialização. A necessidade por técnicas de manejo mais eficientes, e adequações para as exigências do mercado externo, impulsionou o setor de tecnologia na produção de flores e também a busca por maior diversificação das variedades plantadas. É interessante perceber como as necessidades e demandas do consumidor final refletem fortemente nas ações dos produtores.

O setor atacadista tem alguns trunfos. Como está mais próximo do consumidor final, em relação aos produtores e à Ceasa,

Papel do Veiling

O veiling é um sistema de comercialização, baseado em leilão, que proporciona agilidade e transparência às operações, que tendem a ser mais padronizadas. Há, portanto, uma “commoditização” das flores e um auxílio para o bom andamento dos negócios. A padronização tem reflexo direto:

- Nas questões referentes à diminuição de tempo entre a colheita e a venda;
- Impacto na redução de custos;
- Garantia do recebimento das mercadorias negociadas.

O fortalecimento do Veiling traz muito benefício geral. Como o sistema se torna uma grande fonte de informações, auxilia a gestão e o planejamento estratégico dos agentes. Esta facilidade normalmente é paga por meio de porcentagem sobre as operações realizadas, uma espécie de corretagem.

tem maiores poder de barganha e capacidade de elaborar estratégias mais eficientes.

Na oferta de flores para os consumidores finais, ganham espaço os canais de varejos que até então não atuavam nessa

linha. Pode-se citar, por exemplo, o caso de alguns aeroportos pelo mundo com *vending machines*, com venda de flores para os passageiros que chegaram ao seu destino, mas eventualmente esqueceram de trazer alguma lembrança. Esses canais de venda possuem o apelo da conveniência e têm perspectiva de crescimento. Os hiper e supermercados também investem cada vez mais em áreas destinadas a plantas e flores ornamentais.

Hotéis e *shopping centers* decoram seus interiores com flores, assim como feiras e eventos. Um conceito também em alta é o dos centros de jardinagem, lojas especializadas em equipamentos para jardinagem, flores e mudas, tanto para produção própria quanto para decoração. Sem contar o potencial de crescimento das vendas via *internet*, segmento que não pára de crescer.

Um paradigma quebrado é o com relação ao consumidor de flores. Acreditava-se que homens apenas compravam e ofereciam as flores às mulheres. Mas isso mudou. Segundo dados de um estudo do Sebrae São Paulo, os homens já representam 30% do público-alvo de algumas floriculturas.

No fim, todos os agentes da rede buscam um só objetivo: atender satisfatoriamente as necessidades do consumidor final, seja ao entregar apenas um produto ou uma cesta de serviços agregados. E

quais são essas necessidades? O consumidor, cada vez mais, busca praticidade e facilidade.

A compra de flores pode ser denominada como sendo por impulso. Entender como funciona esse tipo de compra ajuda a elaborar as melhores opções para atingir o consumidor. A compra por impulso ou não-planejada ocorre quando um consumidor experimenta uma necessidade de compra persistente, repentina e poderosa. Ocorre com reduzida preocupação com as consequências do ato da compra. Assim, quando o indivíduo se engaja em um comportamento impulsivo de compra, há uma exacerbação de seus estados emocionais, com baixo controle intelectual sobre sua decisão.

Oportunidades no sistema

A busca por eficiência no mercado pode levar as empresas a buscar parcerias, tanto entre os produtores quanto entre os varejistas. Uma possibilidade é o conceito de marcas próprias. Nessa forma de comercialização, o varejista é responsável pela venda e marca do produto. Assim os produtores disponibilizariam as flores a uma rede varejista, que colocaria sua marca e comercializaria o produto no ponto-de-venda próprio. Assim, o produtor não tem gastos com publicidade e formação de marca, focando as suas atividades naquilo que melhor sabe fazer: produzir flores com qualidade.

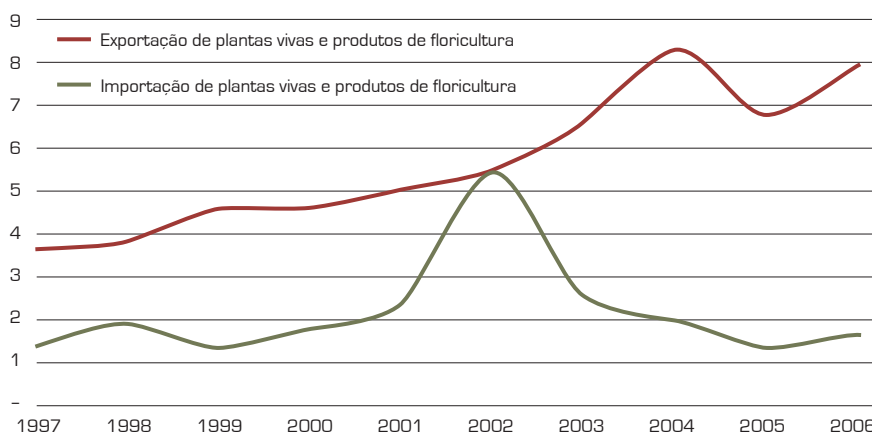
As flores concorrem com alguns produtos que não são facilmente perceptíveis. Por se tratar de objetos de presentes, são consideradas concorrentes de produtos eletroeletrônicos e perfumaria, dentre outros, o que não exclui a possibilidade de vendas conjuntas ou a disponibilização de flores em ambientes propícios ao consumo por impulso. Uma pessoa que vá visitar um parente doente está suscetível a comprar flores que encontre na recepção do hospital, ou como foi citado, os passageiros que podem comprar flores nos aeroportos. Uma ótima possibilidade é tentar associar a venda de flores aos diversos estabelecimentos de varejo com apelo de conveniência, como: postos de

gasolina, padarias, drogarias etc. Também são promissores os investimentos no mercado de decoração.

Com a profissionalização do mercado nacional era de se esperar que as flores produzidas aqui abastecessem outros mercados, e é exatamente o que aconteceu. De 1997 para 2006 as exportações de flores aumentaram 118%. Mas engana-se quem pensa que isso já é suficiente. Segundo dados da Secex, o Brasil exporta principalmente para os seguintes países: Holanda, Estados Unidos, Itália e Japão. Mas as flores brasileiras ainda deixam de atender satisfatoriamente amuitos mercados promissores como França, Reino Unido e Alemanha.

Parcerias e *joint ventures* aparecem como uma solução promissora para aumentar a eficiência e reduzir os riscos. Em uma *joint venture* duas ou mais empresas se unem (compartilhando o capital e o risco) para realizar um projeto entre elas. Assemelha-se bastante a uma sociedade. No entanto, em uma *joint venture*, as empresas não precisam necessariamente cessar suas atividades antigas, pois a parceria depende do sucesso ou não do projeto, e as empresas podem mantê-la concomitantemente às atividades particulares de cada uma. Ao optar por essa modalidade de negócio as empresas conseguem reduzir seus custos, ter acesso a novos mercados e a mais informações, aumentar a

Brasil: exportações e importações de plantas vivas e produtos de floricultura (milhões de kg)



Fonte: Secex, 2007

Para competir com outras empresas mundo afora não basta apenas um preço menor. Nesse setor, o gerenciamento eficaz da logística de distribuição é essencial. O mercado é cada vez mais concentrado e composto por empresas de grande porte. Tome-se o caso das empresas holandesas FloraHolland e Bloemenveiling Aalsmeer, as duas maiores companhias de leilão da Holanda, que anunciaram a intenção de se fundirem. Juntas, as empresas representam algo em torno de 98% do mercado holandês e 15% do mundial. Com o crescimento da oferta de flores em diversos países, a fusão serviria para reduzir custo por meio da integração de sistemas.

base de clientes, têm mais possibilidade de ofertar novos produtos ou serviços e também de adquirir *expertise*.

Esse segmento do agronegócio, que parece muitas vezes um milagre da distribuição, passa por um daqueles momentos inesquecíveis. Dificuldades existem, e não são poucas. Mas a possibilidade de novas formas de gerenciamento, oferta de novos produtos, busca por novos mercados, mostram um incentivo para a profissionalização e busca constante por melhoria. E quem mais tem a ganhar são os consumidores. ■

1 Professor da FEA-USP de Ribeirão Preto e Coordenador do Pensa

2 Pesquisador do Pensa

Dívida I

Terceira grande renegociação

EM 1993, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Endividamento Agrícola, criada pelo Congresso Nacional, concluiu que houve débitos irregulares nas contas correntes dos agricultores brasileiros. Sua determinação foi exigir o recálculo das contas e os bancos, por força de lei, seriam obrigados a devolver esses recursos aos agricultores.

Dessa comissão resultou a securitização, o Pesa, o Recoop e outros programas que renegociaram o pagamento dos débitos em até 20 anos. Posteriormente, em 24 de agosto de 2001, com a edição da MP 2.196-3, o governo negociou as dívidas dos produtores, sem o recálculo, com o Tesouro Nacional.

Todo esse esforço não foi suficiente para dar uma solução ao problema. A cada safra os recursos aplicados no crédito rural serviam para rolar dívidas passadas e cobrir parte do capital de giro corrente. A situação ficou mais crítica a partir da temporada 2004/05. Problemas climáticos e a valorização do câmbio penalizaram a renda do setor.

Diante desse contexto, foi recentemente criado um grupo de trabalho do endividamento (GT), do qual fazem parte parlamentares e técnicos da Comissão de Agricultura da Câmara (Capadr). O GT elaborou uma proposta, que recebeu o nome de Programa de Reestruturação do Passivo Rural Brasileiro. Sua pretensão é viabilizar as negociações das dívidas acumuladas pelos assentados da reforma agrária, agricultores familiares, pequenos, médios e grandes produtores rurais.

O objetivo é readequar as dívidas vencidas e propor melhores prazos e condições de pagamento, além de bônus que

servirão de estímulo para o produtor antecipar o quitamento de suas parcelas. O anteprojeto é inovador e apresenta soluções realizáveis para limpar essa nuvem escura que paira sobre o setor rural no país. Uma forma de olhar à frente, pois a solução do problema do endividamento é um passo certo para desenvolver o agronegócio brasileiro.

O anteprojeto propõe a rolagem de R\$ 70,69 bilhões de débitos antigos com a União e de custeio e investimento rolados a partir de 2003. A proposta pode beneficiar cerca de um milhão de produtores, entre agricultura familiar, médios e grandes produtores. Os cálculos são de que, de um total de 512,6 mil contratos com bancos e o Tesouro Nacional, 156 mil não foram pagos nos últimos dois anos.

Dívidas consolidada em 2001 (R\$ bilhões)

1. Pesa	
a) Banco do Brasil	1,12
b) Tesouro Nacional	9,69
c) Febraban	2,70
d) Total	13,51
e) Inadimplência	2,60
2. Securitização	
a) Tesouro Nacional	8,64
b) Febraban	0,29
c) Total	8,93
d) Inadimplência	3,16
3. Dívida ativa	
a) Securitização	4,26
b) Pesa	1,78
c) Total	6,04
4. Programas especiais: vencido	1,19
Total [1e + 2d + 3c + 4]	12,99

Fonte: Capadr

Programas especiais em 2001 (R\$)

Programa	Saldo devedor	Saldo vencido
Procera	451,50	179,40
Pronaf	2.269,50	512,50
Proceder II	115,75	122,40
Funcafé	957,90	287,70
Cacau	321,50	92,30
Recoop	372,20	5,60
Total	4.488,35	1.199,90

Fonte: Capadr

Recursos aplicados (R\$ mil)

Safra	Investimentos	Custeio
2001/02	1.016.426	18.612.000
2002/03	1.263.399	28.142.000
2003/04	2.328.060	34.774.000
2004/05	995.865	24.294.000
2005/06	597.701	25.459.000
Total	6.201.441	131.281.000

Fonte: Capadr

Proposta de renegociação

- Recálculo geral da dívida sem encargos de inadimplência, mora, multas e taxas;
- Correção pela TJLP ou equivalência produto;
- Prazo de 20 a 30 anos, a partir de 2009;
- Juros de 2,5% a 3,0% ao ano;
- Parcela limitada a 1,5% (pequenos) ou 3% (médios e grandes) do faturamento bruto;
- Bônus entre 30% e 45% das parcelas;
- Liquidação total antecipada com desconto baseado em TJLP ou Selic;
- Liberação de garantias, quando superam 30% o valor da operação;
- Suspensão de execuções jurídicas.

Os débitos dos produtores serão renegociados em até 30 anos, de acordo com a capacidade de pagamento de cada um, com a primeira parcela a vencer em 31 de outubro de 2009. A dívida envolve três grandes blocos:

- R\$ 12,99 bilhões, correspondentes a 31.442 contratos enquadrados no Pesa; Securitização (Lei nº 9138, de 29 de novembro de 1995), Recoop, Pronaf, Procer, além das culturas de café e cacau;
- R\$ 8,70 bilhões rolados nas safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06;
- R\$ 49,0 bilhões de investimento também rolados a partir de 2003.

Em termos do tamanho da dívida, o Rio Grande do Sul, terceiro maior produtor de grão do país, é o responsável pela maior dívida agrícola entre os estados da federação. O estado gaúcho teve problemas de longa estiagem, com forte quebra da produção e na renda rural. Mato Grosso, segundo maior produtor, vem a seguir, com custos de produção elevados e problemas de logística. O Paraná, o principal responsável pela produção de grãos, é o quarto mais endividado. As culturas com maiores débitos são arroz, soja, milho, trigo e algodão.

Número de operações no Tesouro Nacional (2001)

Estoque	512.644
Passíveis	125.172
Inscritas	31.442
<hr/>	
Dívida consolidada	R\$ 32,97 bilhões
Saldo devedor vencido	R\$ 4,92 bilhões
Total a renegociar	R\$ 12,99 bilhões

Fonte: Capadr

Essa ação corresponde à terceira grande renegociação das dívidas rurais. A primeira ocorreu com a securitização, em 1995, logo após o anúncio do Plano Real. A segunda, em 2001, depois do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e o Programa de Revitalização Financeira das Cooperativas (Recoop). Agora, a quase um ano das eleições municipais de 2008, o Congresso Nacional tenta acertar as suas bases políticas. O assunto sensibiliza muito mais nesses momentos.

História longa e complexa

A origem do endividamento setorial está relacionada com a ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira vigente até a década de 1970, baseado muito na poupança externa. As duas crises do petróleo, combinadas com a elevação dos juros internos e externos, foram os elementos impulsionadores dessa ruptura.

Por conta desses fatores, a economia brasileira passou a enfrentar trajetória de altas taxas inflacionárias acompanhada de um forte quadro recessivo. No diagnóstico da crise, os governos da época entendiam que os subsídios concedidos à agricultura como deterioravam as contas públicas e, por conseguinte, provocavam os desajustes da economia.

A partir de então, procederam-se mudanças substanciais no modelo de crédito rural, com destaque para a imposição de custos reais aos financiamentos concedidos ao setor e para a redução significativa dos recursos ofertados.

Em 1985, foi extinta a Conta-Movimento do Banco do Brasil, com um corte drástico nos subsídios e nos volumosos recursos oferecidos ao financiamento da atividade agrícola.

As mudanças no modelo de crédito rural (redução da oferta de recursos, processo de transferência do financiamento para o mercado, e custos reais nos contratos), não conseguiram ser assimiladas pelos setores produtivos da agricultura, dada a assimetria verificada entre a evolução dos custos dos financiamentos e as receitas geradas pela atividade.

De acordo com estudo realizado pela Ocepar – Organização das Cooperativas do Paraná, tomando-se o período de agosto de 1994 a dezembro de 2000, verifica-se que a evolução do IPP – Índice de Preços Pagos pelos produtores alcançou 194, contra 164 do IPR – Índice de Preços Recebidos pelos agricultores, o que aponta a expressiva deterioração nas relações de troca do produto agrícola. Com isso, estima-se que mais de R\$ 30 bilhões da renda agrícola tenham sido transferidos para os outros setores da economia.

Entre os fatores conjunturais alimentadores da dívida merecem destaque os efeitos dos sucessivos planos econômicos implementados desde meados da década de 1980.

Ao definirem a correção monetária sobre os saldos devedores das operações de crédito rural, os planos resultaram em continuado descompasso entre a evolução dos custos dos financiamentos relativamente ao comportamento dos preços agrícolas.

Na década de 1990, houve um salto no endividamento dos agricultores, com as decisões do Plano Collor de corrigir as dívidas em 74,6%, enquanto os preços agrícolas foram reajustados em apenas 41,2%. Como resultado, a dívida agrícola teve um crescimento líquido de 23,74%. Para agravar a situação, o Plano Collor II, por meio da Lei nº 8.177, de março de 1991, determinou a substituição pela TR dos indexadores de correção monetária previstos em contratos já firmados. Posteriormente, o Poder Judiciário julgou a inconstitucionalidade desse dispositivo.

Durante o Plano Real, como os encargos nos contratos foram corrigidos em 44,5%, o endividamento do setor ficou mais grave: de julho de 1994 a agosto de 2001, saltou do patamar de R\$ 18 bilhões para R\$ 30 bilhões de dívidas em situação de anormalidade. De acordo com o Relatório final da CPMI do Endividamento Agrícola, práticas irregulares bancárias agravaram, ainda mais, o quadro do endividamento.

Há razões urgentes para tentar uma composição: R\$ 12,99 bilhões de débitos não-quitados de 125.172 mil operações serão lançados como dívida ativa da União. Os produtores inandimplentes passam a ser cobrados por via judicial e ficam impedidos

de obter empréstimos e certidões negativas ou de fazer contratações diretas com órgãos públicos. As dificuldades aumentarão: o estoque das operações transferidas ao Tesouro Nacional envolve 512,6 mil contratos no valor de R\$ 32,97 bilhões. ■

Dívida II

Folêgo no curto prazo

PARA DAR fôlego para o plantio da safra 2007/08, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, no final de agosto, o rebate de 10% nos financiamentos de investimento rural contratados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), nos programas de:

- Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota);
- Desenvolvimento Cooperativo para a Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop);
- Financiamento de Máquinas e Equipamentos Agrícolas (Finame Agrícola Especial).

Pela medida, são beneficiados os mutuários cujo financiamento:

1. tenha sido contratado até 30/06/2006, ou em data posterior, com os encargos estabelecidos para a safra 2005/2006;
2. tenha sido contratado com taxas de juros superiores a 8,75% ao ano;
3. esteja com o pagamento das parcelas vencidas até 31/12/2006 em dia.

Os produtores rurais que se enquadram nas três situações e que tenham renda principal proveniente da produção de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo, terão desconto de 15% nas parcelas devidas e prorrogação de até 70% da parcela, desde que paguem, até a data do vencimento, pelo menos 15% do valor da parcela.

O desconto é de 5% nas prestações com vencimento neste ano nos financiamentos ao amparo dos programas de:

- Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro);
- Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra), de Desenvolvimento da Fruticultura (Prodefruta);
- Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro), de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora);
- Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) e Moderfrota (contratado com juros de 8,75% ao ano).

Para ter o desconto, o produtor tem de pagar pelo menos 15% do valor das parcelas até o vencimento. O mutuário poderá ainda prorrogar até 80% das parcelas para um ano após o vencimento da prestação.

As operações de investimento rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO) também são beneficiadas com a prorrogação de até 80% da dívida para um ano após o vencimento, desde que o produtor pague, até o vencimento, ao menos 20% do valor das parcelas.

As parcelas vencidas até 31/12/2006 devem estar em dia e a renda principal deve ser originária da produção de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo.

O produtor:

- Poderá ter prorrogada até 100% das parcelas de investimento com vencimentos neste ano, desde que comprove incapacidade de pagamento do percentual mínimo exigido;
- Contemplado pela prorrogação integral das parcelas com vencimento em 2007 perderá o direito aos descontos de 5%, 10% ou 15%;

- Optante pela prorrogação parcial ou total das parcelas com vencimento neste ano só poderão habilitar-se a novos créditos de investimento com recursos do crédito rural após liquidarem integralmente as parcelas vencidas em 2008, com exceção dos suinocultores e de suas cooperativas no estado de Santa Catarina.

Custeio

As prestações prorrogadas das safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06, inclusive as operações prorrogadas ao abrigo do Pronaf, serão novamente prorrogadas:

1. as prestações vencidas e não pagas ou vincendas até 28/09/2007 serão apuradas e mantidas nas condições de normalidade até a data de vencimento e terão direito à concessão de prazo de até um ano após o vencimento da última prestação;
2. as prestações vincendas a partir de 29/09/2007 podem ser beneficiadas pela prorrogação para até um ano após o vencimento da prestação, desde que solicitada pelo mutuário até a data do respectivo vencimento. Nesse caso, serão mantidos os encargos financeiros pactuados para situação de normalidade.

Os produtores rurais que já pagaram as parcelas com vencimento em 2007 e se enquadram nas situações acima também terão direito ao desconto, no caso de haver saldo devedor. O desconto será calculado sobre o valor nominal da parcela liquidada e concedido mediante a redução no saldo devedor das operações. ■

Etanol

Balanço na Europa

COMO PAÍS membro da União Europeia, a Suécia não pode tomar decisões unilaterais em termos de abolir ou mudar tarifas impostas pelo bloco. Por isso, a aprovação da sua proposta de, até 2009, abolir a sobretaxa de importação do etanol brasileiro, entre 0,75 e 1,50 dólar por litro, adotada em 2006, depende da Comissão Europeia. Até 2009, metade dos postos de gasolina do país estarão equipados com bombas de combustíveis renováveis.

O valor da tarifa imposta pela União Europeia ao etanol é, atualmente, de até 55%, conforme o preço do produto. Ao mesmo tempo, a tarifa europeia para o petróleo é de apenas 5%. O etanol do Brasil fica em posição de desvantagem devido às tarifas impostas pela União Europeia, segundo o ministro do Comércio da Suécia, Sten Tolgfors.

Segundo a Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, o comércio global de etanol representou menos de 10% da produção global em 2004.

A meta da Suécia é ficar livre dos combustíveis fósseis até 2020. Hoje, praticamente toda a frota de mais de 72,5 mil carros *flex* da Suécia é movida com etanol do Brasil. Isso representa 3% do total de veículos em circulação no país. É o maior importador europeu de etanol e o quinto maior importador do produto brasileiro. O etanol brasileiro é utilizado como E85, uma mistura de 85% de etanol e 15% de gasolina.

Seu mercado de biocombustíveis é estimado em cerca de 370 mil metros cúbicos. Desse total, aproximadamente 80 mil metros cúbicos são atualmente importados do Brasil. O restante vem da produção da

União Europeia e da produção doméstica, que totaliza 25% do etanol usado no país.

No âmbito da União Europeia, o plano é de que 10% dos transportes sejam movidos por combustíveis renováveis até 2020.

Comprar carros *flex* virou uma febre entre a ecologicamente consciente população, com vendas crescentes de 10 mil unidades entre 2001 e 2004, para 22.618 em 2005, e 48.486 em 2006.

Neste ano, a Suécia assiste a um novo recorde de venda de carros *flex*: um de cada cinco carros comprados é “verde”. Para isso, o governo sueco introduziu uma série de incentivos, como:

- O abatimento de 10 mil coroas suecas (cerca de US\$ 1,5 mil) na compra de carros “verdes”, desde abril deste ano;
- Desconto de 30% na taxa de registro do veículo;
- Isenção do imposto sobre congestionamento (a taxa paga para circular no centro da cidade);
- Estacionamento grátis;
- Obrigatoriedade dos postos de gasolina oferecerem pelo menos um tipo de combustível renovável, como etanol ou biogás. Quase mil postos de gasolina já oferecem o etanol E85.

Aumento no cultivo

A Comissão Europeia propôs interromper por um ano o sistema de descanso obrigatório de terras: os produtores deixam de cultivar 10% de sua área, para atenuar os altos preços dos cereais e a escassez de oferta. O objetivo é aumentar a produção de cereais na UE, na safra 2008/09, entre 10 e 17 milhões de toneladas. As reservas de cereais armazenados na UE baixaram de

Remédio pior que doença

Relatório da OCDE, divulgado neste mês, registra que o impacto dos biocombustíveis:

“Pode promover uma cura pior que a doença que tentam tratar”.

“Cria tensões insustentáveis que abalarão os mercados, sem gerar benefícios ambientais significativos”,

A OCDE pede aos governos para: cortarem subsídios no setor; incentivarem as pesquisas; evitarem concorrer com a terra usada para a produção de alimentos, reduzirem a demanda por combustível nos transportes.

A organização orientou os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) a aumentar os esforços a fim de reduzir as barreiras às importações de biocombustíveis. Isso permitirá a entrada de países em desenvolvimento que têm sistemas ecológicos e climáticos mais adequados à sua produção.

14 milhões de toneladas na safra 2006/07 para cerca de 1 milhão de toneladas atualmente. Com a interrupção do descanso obrigatório, entrariam em produção entre 1,6 e 2,9 milhões de hectares.

Reino Unido

Entre 15% e 20% da terra agrícola britânica serão dedicados aos biocombustíveis, para cumprir as obrigações internacionais de reduzir as emissões de dióxido de carbono, causadoras da mudança climática, segundo o organismo governamental britânico de economia rural e uso da terra (Relu, na sigla em inglês).

Os agricultores poderão plantar salgueiro – *Miscanthus* – (tipo de grama afro-asiática) em terras de cultivo de má qualidade, que reutiliza seus próprios nutrientes e não precisa de adubos. A curto prazo, essas plantações serão queimadas em fábricas elétricas de biomassa, enquanto a longo prazo os cientistas querem descobrir formas eficientes de transformar as plantações em biocombustível líquido (bioetanol) para uso no transporte. ■

Cana-de-açúcar

Safr
alcooleiraComparativo de safra – Região Centro-Sul
(acumulado abril a agosto)

Produto	2006	2007	Variação
Cana moída (mil t)	241.524	257.317	6,5%
Produção de açúcar (mil t)	16.942	15.458	-8,8%
Produção de anidro (m³)	4.672	4.456	-4,6%
Produção de hidratado (m³)	5.388	6.873	27,6%
Produção total (mil m³)	10.060	11.329	12,6%
kg de ATR produzido (mil t)	35.140	35.713	1,6%
kg de ATR/ toneladas	145,49	138,79	-4,6%

Fonte: Unica

O RITMO acelerado de processamento da safra e o clima seco nas principais regiões produtoras levaram a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) a revisar para cima a sua previsão de moagem da cana-de-açúcar no Centro-Sul.

Na última estimativa, a entidade trabalhava com 410 milhões de toneladas. No final de setembro, já admitia a possibilidade de uma moagem superior a 410 milhões de toneladas, embora ainda não arrisque um número final. A moagem de cana no Centro-Sul totalizou 67 milhões de toneladas em agosto, ante 57,3 milhões em igual mês do ano passado.

A estimativa inicial era de moagem de 420 milhões de toneladas, mas a projeção foi reduzida para 410 milhões em agosto devido a chuvas anormais em julho. A partir de agosto, porém, o clima seco passou a favorecer a safra, o que ajudou as usinas a recuperar o tempo perdido. O ritmo foi acelerado em agosto, e isto deve ter se repetido em setembro, o que leva a entidade a prever uma moagem superior a 410 milhões de toneladas. O volume adicional não deverá aumentar a oferta de açúcar, mas sim a produção de álcool.

A safra continua alcooleira. A produção acumulada de álcool nesta safra, de 11,3 bilhões de litros, é 12,6% superior à da safra 2006/07. As vendas de álcool para o mercado interno até 1º de setembro subiram 30,5% em relação ao mesmo período de 2006. O volume moído de cana foi de 257,3 milhões de toneladas no período, 6,5% a mais do que o processado até 1º de setembro do ano passado.

Já o açúcar manteve em agosto a mesma produção de 2006/07. No acumulado

da safra até 1º de setembro, o açúcar registra uma produção 8,8% inferior a do mesmo período da temporada passada, com 15,4 milhões de toneladas.

No mercado interno, as vendas de etanol saltaram 30,5% no período abril a agosto, em relação a igual período do ano passado. Foram vendidos nesta temporada 6,2 bilhões de litros, contra 4,7 bilhões de litros na temporada anterior.

As exportações, tanto de açúcar como de etanol, cresceram cerca de 14% em relação ao mesmo período anterior. A receita, porém, caiu, por causa da redução dos preços médios e da taxa de câmbio.

Os embarques de álcool de abril a julho foram de 1,11 bilhão de litros, em comparação a 1,28 bilhão do mesmo período da safra passada. Nesta safra, a maior das exportações de etanol tem como destino os países do Caribe (Trinidad & Tobago, Jamaica e Costa Rica). Na temporada anterior, os EUA eram o principal importador. Vale destacar que o álcool exportado ao Caribe tem como destino final o mercado norte-americano.

Os preços de açúcar e do etanol ao produtor também caíram no mercado interno. No etanol, os preços de agosto chegaram a R\$ 0,58/l, contra R\$ 0,82/l em agosto passado. No acumulado (abril a agosto), a queda foi de 29,5%, em comparação ao mesmo período da safra passada.

Com isso, o etanol está mais competitivo em relação à gasolina, com uma paridade de preços inferior a 65%. Em São Paulo, estado que responde por cerca de 60% do consumo nacional de etanol, a paridade vem se mantendo em 50%. Isto

significa que o preço do litro de álcool hoje na bomba equivale à metade do preço da gasolina.

O álcool combustível deve continuar desvalorizado no mercado interno, ainda que o consumo tenha crescido 30%. Por dois motivos: a produção de álcool é 18% superior à da safra passada. E a exportação caiu. ■

*The New York Times
elogia etanol brasileiro*

O jornal *The New York Times* condenou o álcool americano, feito a partir do milho, e elogiou o etanol brasileiro, afirmando que a produção de biocombustível com cana-de-açúcar faz mais sentido economicamente.

Com o título *Os altos custos do etanol*, o jornal diz que o álcool americano é caro e traz riscos ao abastecimento de alimentos. "Os preços do milho já aumentaram 50% em relação aos do ano passado, e estima-se que os preços da soja subam até 30% no próximo ano, à medida que os produtores substituírem suas colheitas de soja por milho", argumenta o NYT.

O mais influente jornal dos EUA defende a retirada da sobretaxa de US\$ 0,54 aplicada pelo governo dos EUA a cada galão importado de álcool brasileiro. "Os produtores americanos recebem um subsídio de US\$ 0,51 por galão de etanol, sem contar os subsídios generosos de que os fazendeiros do milho já gozam".

Qualiagro

Rastreabilidade bovina

Luciana Vieira¹Gabriela Cardozo Ferreira²Marcia Dutra de Barcellos²

A RASTREABILIDADE consiste em um fluxo de informações sobre o processo produtivo ao longo da cadeia de suprimentos. Algumas empresas importadoras exigem certificados internacionais, para reduzir seus custos de monitoramento da qualidade, no momento de verificar se seus fornecedores usam métodos de produção seguros. A discussão é sobre o responsável pelo custo da rastreabilidade: se deve ou pode ser compartilhado entre os elos envolvidos no processo da carne bovina.

Uma coordenação mais integrada tem sido discutida para identificar como o custo da rastreabilidade pode ser dividido entre os agentes da cadeia produtiva. Depois da crise provocada pela BSE (vaca louca), as mudanças na cadeia da carne britânica repercutiram em outros países. Com a necessidade de assegurar a qualidade, dois agentes passaram a liderar o processo da rastreabilidade: o varejista e o produtor.

No Brasil, as regulamentações para rastreabilidade usam como base as diretivas da União Européia 1760/2000 (17/7/2000) e 1825/2000 (25/8/2000), para estabelecer o sistema para identificação e registro de bovinos e exigem a rotulagem da carne e produtos derivados da carne.

Essa regulamentação reforça a aceitação pelos países membros da UE e também pelos países fornecedores. A garantia total é considerada pelos exportadores mais avançados como quesito da segurança alimentar e uma forma de evitar a entrada de novos concorrentes no mercado. Um selo com a informação do país de origem, o local onde o gado é criado e

onde foi abatido, é obrigatório para produção animal destinada à exportação.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para normatizar a produção e exportação de carne bovina, com garantia de origem e qualidade, pela Instrução Normativa nº 17, de 14/7/2006, criou uma nova estrutura operacional para o Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov).

O sistema é de adesão voluntária. A obrigatoriedade cabe na comercialização para mercados com exigência da rastreabilidade. Com a nova normativa, surge o conceito de Estabelecimento Rural, que prevê:

- Cadastramento do produtor e da propriedade;
- Protocolo básico de produção;
- Termo de adesão ao Sisbov;
- Controle de movimentação dos animais;
- Supervisão de uma única certificadora credenciada pelo MAPA;
- Identificação individual e obrigatória de todos os bovinos e bubalinos cadastrados na Base Nacional de Dados;
- Registro de todos os insumos utilizados na propriedade durante o processo produtivo.

Para os produtores inscritos no antigo Sisbov abaterem ou comercializarem seus animais cadastrados na Base Nacional de Dados sob as regras antigas, sem perder a rastreabilidade desses animais, a data limite é 31 de dezembro de 2007. A partir daí, ficam revogadas as Instruções Normativas e Portarias do antigo Sisbov. Isso exigirá da cadeia da carne agilidade e organização.

A partir de 2009, só será permitido o ingresso de bovinos e bubalinos nos Estabelecimentos Rurais aprovados no Sisbov. O sistema permitirá ainda a atualização das informações entre o Órgão Executor da Sanidade Animal nos estados e a Certificadora do Estabelecimento Rural aprovado no Sisbov, credenciada pelo MAPA, proporcionando melhoria no fluxo de informações entre os agentes.

Dessa forma, o monitoramento e a atualização do processo produtivo são fundamentais no controle da cadeia de suprimentos. Existem dois tipos de informação:

- De mercado, que percorre o inverso da cadeia (do consumidor ao produtor) e é utilizada pela estratégia de produção.
- Técnica no fluxo da cadeia (do produtor ao consumidor). Comunica os atributos e as características da carne, por meio de diferentes formas, como folhetos, propaganda e degustação em pontos de venda.

O fluxo de informação fica claro nas alianças estratégicas incentivadas por varejistas. A informação de mercado é usada tanto para dar apoio às suas decisões como para o planejamento das atividades. O principal obstáculo é o produtor, cujo controle da informação ainda é incompleto. A rastreabilidade visa a obter informações a respeito da origem do produto.

Relacionada às lideranças, são identificadas três formas distintas de coordenação na cadeia bovina:

1. Varejistas: utilizam o poder para estabelecer regras de comercialização e padronização dos produtos. Como consequência, as decisões são



tomadas individualmente pelos participantes da cadeia e caracterizam transações via mercado (como leilões de gado);

2. Produtores de carne: estabelecem todo o processo do sistema, da produção animal ao produto final. Esses produtores terceirizam o abate e decidem os procedimentos.
3. Indústria processadora: classificada como intermediária entre o mercado e a coordenação verticalizada. Define os padrões do gado e do abate. Há planejamento cooperativo e estratégias comuns.

Estudos apontam uma lacuna de coordenação entre os agentes da cadeia. Isso reduz a competitividade do produto final. Independentemente da forma de coordenação existente, é necessário o monitoramento do processo produtivo eficiente para atender à demanda de mercado. Os resultados indicam dificuldades na mudança do modelo de compras com base somente em preço para formas mais integradas, que valorizem qualidade, frequência de entrega etc.

A melhor coordenação vertical da cadeia da carne traz benefícios financeiros, físicos e informacionais. Da mesma forma, a rastreabilidade é um importante mecanismo para organizar e transmitir informação de mercado e técnica para todos os agentes. E, conseqüentemente, para aumentar a competitividade da cadeia.

Finalmente, quanto à rastreabilidade:

- Pode ser utilizada como mecanismo de coordenação da cadeia para maior sistematização das informações e auxílio no desenvolvimento de estratégias coletivas e parcerias;
- Receber reforço e incentivo dos setores privado e público, não somente como forma de acesso ao mercado externo;
- Os três modelos não são excludentes e, eventualmente, reforçam um ao outro. Por exemplo, a rastreabilidade usada para acesso internacional automaticamente permitirá a diferenciação e a coordenação da cadeia.

Há importantes implicações para os gestores da cadeia da carne em particular e outras cadeias em geral. Da mesma forma, as crescentes cadeias globais de alimentos, com a presença de *players* internacionais, rapidamente mudam as características das transações. Essas relações tendiam a ser hierárquicas. Agora, estão mais direcionadas à credibilidade por causa do aumento de atributos de confiabilidade. Os agentes devem tirar vantagem disso para reunir informações de mercado e aperfeiçoar as práticas. Eles, eventualmente, podem transferir o conhecimento de mercados mais sofisticados para criar uma vantagem competitiva em mercados alternativos.

Na cadeia da carne, existem problemas comportamentais a serem superados de

forma a permitir mudanças organizacionais, tais como a formação de alianças verticais e a formalização de contratos de compra e venda.

Estudos também sugerem falta de capacidade de gerenciamento para desenvolver estratégias de cooperação. Os processadores de carne devem ser capacitados a monitorar constantemente o mercado internacional e seguir suas tendências, se quiserem permanecer competitivos. Há várias maneiras de promover isso. Uma delas é por meio das associações comerciais e conselhos setoriais (como os que existem na Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia). Ambos são pró-ativos na busca por informações mercadológicas e que transferem conhecimento e atualizam os diversos participantes da cadeia. Isso é essencial para os participantes entenderem melhor o mercado e aperfeiçoarem estratégias de negociação internacional.

Além disso, a carne bovina é um produto altamente dependente das características da sua matéria-prima. Existe uma interdependência entre os diferentes elos da cadeia, que resulta na agregação ou não de valor no produto final.

A agregação de valor, de modo geral, está associada às atividades de comercialização e à proximidade do cliente final. Portanto, os varejistas estão mais bem organizados e tem grande força na cadeia da carne. Já os produtores formam ainda um grupo heterogêneo e pouco organizado. É difícil assegurar padronização e regularidade na entrega.

Em suma, a rastreabilidade é um importante mecanismo para aperfeiçoar e sustentar a competitividade internacional da cadeia da carne brasileira. Deve-se atentar, no entanto, para os prazos estabelecidos pelo novo Sisbov, sob pena da cadeia produtiva da carne bovina acabar com volume reduzido de animais aptos à exportação. Isso colocaria em risco nosso *status* de liderança no mercado mundial. ■

1 Professora e pesquisadora da Unisinos na área de internacionalização

2 Professora e pesquisadora da PUC – RS na área de estratégia e *marketing* no agronegócio

Ripa

Inovação na cadeia

Paulo César de Camargo¹
 Jetro Turan Salvador²
 Osmar Muzilli³
 Marco Toledo Tito⁴
 Jacson Passold⁵
 Adriana Aranda⁶

PARA MOSTRAR a atuação do núcleo sul para estabelecer uma base referencial para estruturar projetos de inovação no Brasil, seguem algumas das principais ações e experiências das equipes envolvidas com a Fase II do projeto Ripa/Finep na Região Sul – Ripasul, com apoio financeiro da Unidade Gestora do Fundo Paraná da Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (UGF/Seti).

Na Fase I do projeto Ripa/Finep, em que foram estabelecidas plataformas prioritárias para as cinco regiões do País, com ações objetivas voltadas à inovação tecnológica no Paraná, o núcleo Ripasul optou por associar as cadeias produtivas ao conceito de plataformas.

Nesse sentido, estabeleceu-se uma matriz (*segmentos x critérios*), hierarquizando as cadeias produtivas com base em *critérios* agrícolas, ambientais, sociais e econômicos de relevância em uma cadeia produtiva (*segmento*).

A referência inicial foram os estudos do Iparde (www.iparde.gov.br) relativos a gargalos tecnológicos na agricultura familiar e na agroindústria. Os *segmentos* apontados foram: couro, fruticultura, mandioca, leite e derivados, olericultura e trigo.

Em ação articulada e integrada para pontuação da matriz, foram utilizados documentos e contribuições de equipes de organizações como: Emater/PR, Seab/PR, Iparde, Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), Ocepar (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), UGF/Seti/PR (Unidade Gestora do Fundo Paraná), Fundação Araucária, Finep e Embrapa, dentre outras. O resultado

obtido indicou como prioridade a Cadeia Produtiva do Leite.

O próximo passo foi a o mapeamento de competências associadas a essa cadeia no Paraná. Para isso, foram utilizadas ferramentas como a Plataforma Lattes, o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e o Portal da Inovação (<http://www.portalinovacao.mct.gov.br/>). As informações obtidas foram corrigidas ou validadas em contatos pessoais, por correio eletrônico e/ou telefone, com os pesquisadores. Com apoio da Seab/PR pôde-se associar a disposição geográfica das indústrias lácteas do Paraná com CNPJ (total de 374 indústrias) e os fornecedores do programa leite das crianças.

Na sequência, durante o mês de agosto de 2007 concluiu-se um diagnóstico rápido participativo de demandas (produção, beneficiamento, comercialização e extensão) de conhecimento e de tecnologia na cadeia produtiva do leite em oito mesorregiões do Paraná, envolvendo a participação de mais de 200 representantes de produtores, lacteínicos, sindicatos, pesquisadores e organizações não-governamentais.

Inicia-se agora um processo de construção de projetos estruturantes voltados à Inovação na Cadeia Produtiva do Leite no Paraná, envolvendo principalmente os pesquisadores na seleção de demandas e propostas de ações de PD&I.

A premissa recomendada é que os projetos tenham caráter intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar, além de resultados esperados com alcance geográfico significativo.

Além do contato pessoal, a equipe envolvida disponibilizará um sistema simples e ágil de construção compartilhada

de conhecimento, de forma complementar as ferramentas já disponíveis no Portal Ripa Nacional (www.ripa.com.br).

O sistema inclui as ferramentas:

- **Fórum**, sistema de perguntas e respostas geradas espontaneamente com o objetivo de: esclarecer dúvidas; estimular troca de informações dentro de temas específicos; e formar grupos de pessoas (comunidades de prática) interessadas em compartilhar experiências na solução de problemas e idéias, bem como no desenvolvimento de melhores práticas e troca de idéias sobre temas específicos)
- **Wiki**, sistema colaborativo com informações temáticas (artigos, documentos, manuais, cursos, livros etc.) e um espaço *web* que permite contribuições espontâneas que serão armazenadas em uma base de informações de rápido acesso. O sistema inclui mapas construídos especificamente para a cadeia do leite, com base na mesma tecnologia utilizada no projeto Geomedicina apoiado pela UGF/Seti, que procura associar a saúde humana a aspectos de contaminação de solos e água no Paraná.

Inicialmente, estão sendo solicitadas contribuições a pesquisadores que atuam na cadeia do leite, incluindo artigos críticos, nos aspectos de inovação tecnológica do leite e em relação às demandas atuais no Paraná.

O desafio é a consolidação de projetos estruturantes voltados para a inovação tecnológica com um sistema participativo de construção de conhecimento.

A popularização de uso de ferramentas *web* no agronegócio para um sistema participativo deverá constituir-se em importante recurso para a continuidade do processo participativo e para a alimentação do Portal Ripa. ■

1 Professor senior UFPR e Coordenador Ripa Sul

2 Doutor em Produção Vegetal – UFPR e bolsista Ripa/Finep

3 Engenheiro agrônomo e consultor

4 Professor UEL e coordenador Ripa PR

5 Mestrando Cefet e bolsista Ripa PR

6 Analista de sistemas e bolsista Ripa PR

Tira-dúvida

Mercado de carbono

A CONFERÊNCIA da ONU Sobre Alterações Climáticas, realizada em agosto na Áustria, serviu para preparar a Cúpula Mundial, programada para Bali, na Indonésia, em dezembro próximo. Um dos pontos da pauta é a discussão de metas para o mercado mundial de carbono após 2012, quando expira o Protocolo de Quioto.

Em Viena, 158 países chegaram a um acordo básico para metas de redução de emissão de gases do efeito estufa dos principais poluidores do mundo. Para a ONU, as nações industrializadas devem se empenhar em reduzir suas emissões entre 25% e 40% do nível de 1990 até 2020. Esta meta vai estar em jogo na cúpula mundial da Indonésia.

O Protocolo de Quioto entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, com a adesão de 141 países, que respondem por 61,6% das emissões de gases poluentes do Planeta. O objetivo desse instrumento é colocar em prática os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que propõe aos países industrializados a redução e o controle, entre 2008-2012, de até 5% das emissões que causam o efeito estufa em relação aos níveis registrados em 1990. Conheça seu funcionamento.

O que é efeito estufa?

É um fenômeno causado pelo acúmulo de certos gases na atmosfera, conhecidos como gases de efeito estufa. Eles provocam retenção do calor e aquecimento da superfície da terra. São o dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆). O aumento da con-

centração desses gases na atmosfera é causado principalmente pela queima de combustíveis fósseis e de biomassa, pela decomposição de matéria orgânica, pelas atividades industriais e por refrigeração, solventes e fertilizantes.

Quais são as suas consequências?

O efeito estufa é responsável pela retenção do calor emitido pela Terra, gerado pelo Sol. Vale dizer que ele tem um efeito benéfico: se não existisse, a temperatura média no planeta seria 30°C abaixo dos níveis atuais. Mas a concentração excessiva de gases, especialmente de CO₂, acabou formando uma barreira que dificulta a liberação para o espaço da energia refletida pela superfície da Terra.

A temperatura média da Terra vai subir?

Vários cenários foram desenhados pelos cientistas. Algumas das previsões são preocupantes: a temperatura média global vai subir entre 1,4 e 5,8°C neste século e o nível do mar deve aumentar entre 9 cm e 88 cm. As mudanças climáticas devem causar sérios impactos na natureza e na saúde humana, além de acarretar prejuízos econômicos e sociais.

É possível reduzir as emissões de gases de efeito estufa?

Há saídas tecnológicas para reduzir as emissões de gases estufa, como o plantio de florestas. Existe tecnologia necessária para reduzir as emissões de dióxido de carbono, como carros mais econômicos ou movidos a biocombustíveis. Fontes renováveis de energia, como a proveniente dos ventos ou do Sol, não produzem qualquer tipo de poluição.

O que é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo?

Esses mecanismos estão previstos no Protocolo de Quioto e servem para abater as metas de carbono absorvidas nos chamados "sumidouros", tais como florestas e terras agrícolas. Os países que não conseguirem cumprir as suas metas estarão sujeitos a penalidades. Os Projetos da Implementação Conjunta e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo possibilitam aos países industrializados investirem em projetos que limitam as emissões de gases do efeito estufa em outros países. Dessa forma, podem abater as emissões feitas acima de suas metas. O comércio de emissões cria um novo mercado, ao atribuir ao carbono um valor econômico. A intenção é que esses negócios venham a estimular a redução das emissões de gases do efeito estufa. A redução de 5% abaixo do nível de 1990 é significativa, ainda que os EUA, responsáveis por 25% das emissões de CO₂, não participem do Protocolo de Quioto.

Como ocorre o seqüestro de carbono?

O plantio de árvores, por exemplo, é um dos meios para seqüestrar o dióxido de carbono da atmosfera, contribuindo para controlar o aquecimento do planeta. O reflorestamento de áreas degradadas também permite a captação do CO₂.

O que é o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)?

Corresponde ao conjunto de instituições, regulamentações, sistemas de registro de projetos e centro de negociação em processo de implementação no Brasil, pela BM&F/BVRJ, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), visando estimular o desenvolvimento de projetos de MDL e viabilizar negócios no mercado ambiental de forma organizada e transparente. A BM&F fornece aos participantes desse mercado um banco de projetos de MDL e planeja implementar, em meados de 2007, um sistema eletrônico de leilões para a negociação de redução de emissões. ■

Fontes: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (www.forumclima.org.br); BM&F (www.bmf.com.br/carbono)

Protocolo de Quioto

O peso dos EUA

UMA AÇÃO dos EUA para acelerar a eliminação do uso de gases que danificam a camada de ozônio teria o dobro do resultado do Protocolo de Quioto no combate ao aquecimento global. A opinião é de James Connaughton, presidente do Conselho de Qualidade Ambiental da Casa Branca. Segundo ele, os EUA vão propor que o prazo para a eliminação do uso dos gases HCFC, utilizados em geladeiras e aparelhos de ar-condicionado, seja antecipado em dez anos.

Pelos cálculos da Casa Branca, a eliminação desses gases produziria pelo menos o dobro de reduções de gases do efeito estufa resultantes do Protocolo de Quioto. O acordo internacional propõe aos países desenvolvidos a redução de suas emissões de gases responsáveis pelo aquecimento. Os EUA não aderiram ao Protocolo, sob a alegação de que suas regras prejudicaram a economia do país.

A UE se propõe a reduzir suas emissões de carbono, até 2020, para 20% abaixo dos níveis de 1990. O bloco europeu aceita elevar a meta para até 30%, caso outras nações importantes também concordem com uma redução global.

Metas

O ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Sigmar Gabriel, afirmou, no mês passado, que 20 dos países mais poluentes do mundo aceitaram discutir a adoção de metas compulsórias para reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

As medidas serão discutidas durante a conferência sobre clima marcada para dezembro, em Bali, na Indonésia. Para a ONU, os países desenvolvidos deveriam reduzir suas emissões em 30% até 2020 e

em 60% até 2050, tomando por base os níveis de 1990. Pela proposta da ONU, países em desenvolvimento, casos da Índia e da China, teriam uma meta diferente.

Créditos

Em setembro, durante a visita do presidente Lula a Helsinque, Brasil e Finlândia assinaram memorando de entendimento para projetos de desenvolvimento limpo, dentro do Protocolo de Quioto. O Brasil pretende conseguir parte dos 200 milhões de euros que os finlandeses vão destinar a projetos do tipo. O documento assinado pelos dois países prevê a troca de informações sobre os chamados mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) do Protocolo de Quioto.

Pelo regulamento dos MDL, países desenvolvidos com metas de redução das emissões de gás carbônico podem investir em projetos que reduzam as emissões em qualquer outra parte do mundo e creditarem as emissões não realizadas em sua cota.

Os impactos do aquecimento global, consequência do acúmulo dos gases efeito estufa na atmosfera, foram avaliados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPPC), órgão das Nações Unidas que reúne informações e pesquisas de mais de 2.500 cientistas de várias partes do mundo.

Em fevereiro de 2007, o relatório do IPCC afirmou que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. O segundo relatório, datado de 6 de abril de 2007, tratou dos impactos das mudanças climáticas, dedicando um dos seus capítulos à América Latina.

No documento, o IPCC mostrou que o nível dos oceanos já está subindo, colo-

cando em risco a vida de pelo menos 100 milhões de pessoas, que vivem a menos de um metro acima do nível do mar. O relatório alertou ainda que as populações da Índia e da China podem passar fome, uma vez que o aquecimento global pode reduzir a produção de alimentos.

Também correm risco os mananciais de água doce. Na Amazônia, há risco de secas severas, como a que ocorreu em 2005, se repetirem. O aquecimento do Terra pode ainda transformar a floresta em uma vegetação parecida com a do cerrado. No Nordeste do Brasil, a elevação da temperatura pode comprometer os lençóis freáticos, aumentando as áreas áridas.

Terceiro relatório do IPCC saiu no dia 4 de maio de 2007 com uma mensagem mais otimista. É possível deter o aquecimento global, desde que se reduza drasticamente as emissões de gases poluentes. Para salvar o Planeta, o IPCC propõe como meta a redução entre 50% e 85% das emissões de CO₂ até a metade do século.

Zoneamento agrícola

As mudanças climáticas podem exigir alterações no zoneamento agrícola. Algumas culturas terão que migrar para outras regiões do País, para que o cultivo possa ser sustentado. A previsão é de Eduardo Assad, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Para ele, na hipótese de um aumento de 5,8°C na temperatura da Terra no prazo de 100 anos, a geografia agrícola do Brasil sofrerá grandes mudanças. Minas, São Paulo e Paraná vão deixar de plantar café, que vai buscar temperaturas mais amenas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Soja, milho, arroz e feijão também vão sofrer com o aquecimento global. Para Assad, será preciso alterar a genética das plantas para que elas possam suportar o calor. E mesmo assim, em muitos casos, haverá necessidade de migração dos plantios.

A soja, por exemplo, deixaria as zonas de risco, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, para lugares mais altos, como o cerrado. O aumento de 5,8°C na temperatura poderia reduzir em 60% a produção de soja. ■

Ambiente

O novo Ares

NA SEQUÊNCIA da Moratória de Soja, que busca conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais e a Abag (Associação Brasileira de Agronegócio) anunciaram no início de setembro, em São Paulo, a criação do Instituto do Agronegócio Responsável (Ares).

A proposta do Ares é contribuir para o desenvolvimento do agronegócio, por meio da geração e difusão de conhecimento na área e estimulando a criação de canais de diálogo com os setores público, privado e organizações não-governamentais.

Quem comanda o conselho deliberativo do instituto é o presidente da Abag e da Abiove, Carlo Lovatelli. Os vice-presidentes são Assuero Veronez (Confederação Nacional da Agricultura) e Antonio Jorge Camardelli (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne) e os membros são Cesário Ramalho da Silva (Sociedade Rural Brasileira), Chris-

tian Lohbauer (Associação Brasileira dos Exportadores de Carne de Frango), Márcio Lopes de Freitas (Organização das Cooperativas Brasileiras), Marcos Jank (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Cristiano Walter Simon (Associação Nacional de Defesa Vegetal) e Rodrigo Lima (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais).

Roberto Waack, da Amata Brasil, será o presidente do conselho consultivo. O conselho fiscal é presidido pela diretora da Abag e da Abag de Ribeirão Preto, Mônica Bergamashi e os membros são Marcelo Vieira (Brazilian Specialty Coffee) e Glauber Silveira (Aprosoja).

Segundo Lovatelli, o instituto opera há seis meses. “As cadeias da soja, cana-de-açúcar e de carnes foram escolhidas em um primeiro momento porque apresentam demandas pontuais muito fortes, como reflexo do sucesso que tiveram lá fora. Estes produtos hoje estão na mira do protecionismo internacional”, explica Lovatelli.

Para ele, o empresariado brasileiro sempre respondeu de forma reativa aos problemas do agronegócio. O Ares será mantido por associados fundadores, mantenedores, contribuintes e honorários, abrangendo 19 grandes entidades do setor.¹

Estratégias

Um das principais missões do novo Instituto será ampliar o diálogo entre as partes envolvidas no processo de desenvolvimento de um projeto de sustentabilidade. A ideia é provocar a construção de novas estratégias para o setor. As ações prioritárias serão feitas por uma agenda positiva, que vai identificar pontos críticos e vulneráveis, organizar *workshops* fechados, implementar estratégias de comunicação e produzir um glossário da sustentabilidade.

“Queremos identificar demandas existentes, pontos críticos e conflitos de interesse, para apresentar soluções. Ao mesmo tempo mostrar os pontos positivos do agronegócio brasileiro e rebater as críticas infundadas feitas pelo mercado internacional”, explica Waack.

A sustentabilidade foi um dos principais temas do 6º Congresso Brasileiro de Agribusiness, realizado em agosto último.

Isso já é uma realidade em muitos dos mercados para o qual o Brasil exporta seus produtos. Grandes importadores de soja, como a Holanda, a Suíça e a Alemanha, ameaçam boicotar o produto brasileiro se houver suspeita de que os grãos tenham sido cultivados na Amazônia. O mesmo problema enfrentam os exportadores de carne, diante das notícias de que a pecuária brasileira estaria desmatando áreas da floresta amazônica.

A função da Ares é criar mecanismos de auto-regulamentação do setor e evitar que denúncias de desmatamento, queimadas e uso de mão-de-obra infantil prejudiquem a imagem da agricultura brasileira no Exterior. ■

ONDE SABER MAIS: www.abag.com.br

Dez temas na agenda do Ares

1. Questões trabalhistas e relacionadas à terceirização;
2. Agricultura familiar, desalojamento econômico e segurança alimentar;
3. Relacionamento com a Sociedade Civil organizada, ONGs, processos *multi-stakeholders*, rastreabilidade, verificação, certificação e selos;
4. Conversão de ecossistemas;
5. Impactos ambientais como GMOs, uso de agroquímicos e manejo de pragas, impactos no solo e plantio direto;
6. Resíduos em alimentos e sanidade animal;
7. Emissões de gases de efeito estufa, balanço energético e biocombustíveis;
8. Ordenamento fundiário, legislação ambiental e monitoramento;
9. Conflitos intra e inter SAGs, integração lavoura-pecuária e adição de valor;
10. Comércio internacional e sustentabilidade.

¹ Abag, Abag RP, Abef, Abia, Abiec, Abimilho, Abiove, Abiepecs, Abrasem, Anda, Andef, Aprosoja, BSC, CNA, CNPC, Icone, OCB, SRB e Unica

Certificação

Sistema de verificação

Mario Menezes¹

DIANTE DA crescente demanda por alimentos, *commodities* e matérias-primas para produção de biocombustíveis, o setor agropecuário brasileiro vem ganhando importância cada vez mais estratégica no cenário mundial, insuspeitada até poucos anos.

Preocupados em fazer dessa inédita importância a oportunidade de tornar o Brasil um país também líder em sustentabilidade socioambiental, produtividade e valor agregado na atividade rural, entidades de representação do setor privado e um grupo de organizações socioambientalistas decidiram lançar um movimento voltado para o desenvolvimento sustentável da agropecuária nacional. Trata-se da Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária, cujos objetivos são a conservação do capital natural e a agregação de valor aos produtos agrícolas, com respeito às relações trabalhistas justas, visando à melhora das condições socioambientais do setor.

A Iniciativa visa a estimular mudanças na atividade agropecuária, mitigando seus impactos e criando as condições para um sistema transparente de verificação das atividades produtivas e de beneficiamento, no qual se inclui a certificação independente.

Sua meta é a criação de um sistema que estabeleça padrões e procedimentos comuns, cuja finalidade não é criar novos selos de certificação, mas a valorização de todo e qualquer selo já existente ou que venha a ser criado, que atenda a critérios mínimos de credibilidade.

O projeto é de cunho voluntário e participativo, envolvendo as áreas econômi-

ca (produção, agroindústria, comércio e finanças), social e ambiental, e visa à construção de um sistema de verificação/certificação baseado nas experiências e demandas brasileiras.

Pretende-se, com esse esforço, antecipação às investidas dos países importadores na definição de critérios e exigências de sustentabilidade para nossos sistemas produtivos (mormente agora, com a corrida aos biocombustíveis), evitando a internalização de modelos estranhos à nossa realidade, e invertendo a tendência tradicional de sermos atropelados e submetidos a regras que nem sempre atendem aos nossos interesses. O êxito dessa iniciativa poderá fazer do Brasil um país-referência no processo de estabelecimento de selos de qualidade, indicação de procedência e denominação de origem de produtos agropecuários, a maioria dos quais é produzida e exportada sob sua liderança.

A megaescala de produção, imposta hoje pela demanda mundial por produtos agropecuários, encontra condições únicas de se realizar em terras brasileiras, onde temos a maior fronteira de expansão entre todos os países. Entretanto, a incorporação desses novos territórios, bem como a otimização do uso das áreas de cultivo nas regiões de ocupação consolidada, devem se dar sob os auspícios da sustentabilidade.

De outra parte, ao mesmo tempo em que a agricultura moderna pode ser a redenção para a crise que vivemos, ela também constitui um risco para seu agravamento.

Se até bem pouco tempo a persistência em manter nosso atual modelo de desenvolvimento encontrava alguma sus-

tentação na dúvida sobre o real papel da atividade humana nesse quadro de alterações, hoje as certezas a respeito já não nos permitem continuar postergando medidas coerentes com as exigências contemporâneas de racionalidade. Ao contrário, ganha cada vez mais contornos de sensatez buscar por mudanças do atual modo de produzir, que causem menos impacto sobre os recursos e processos naturais que viabilizam nossa sobrevivência e melhor distribuição dos benefícios gerados pela produção agrícola.

No mesmo viés e com igual prioridade, a Iniciativa busca a forma mais efetiva de viabilizar a internalização pró-ativa do tema sustentabilidade nos diferentes setores da sociedade, bem como o diálogo intersetorial, cujos gestos de boa vontade e de responsabilidade socioambiental podem fazer alcançáveis os objetivos de um projeto dessa natureza.

Os interlocutores desse processo sabem dos conflitos e das visões divergentes que caracterizam o debate, mas estão dispostos ao diálogo e à negociação. A construção de uma agenda mínima sobre o tema impõe-se como um desafio incontornável para a superação dos problemas que às gerações de hoje cabe equacionar.

É preciso encontrar caminhos para satisfação das nossas necessidades do presente, sem comprometer as das gerações futuras, e o enfrentamento dessa prioridade maior é do interesse da sociedade brasileira. ■

¹ Diretor-adjunto de Amigos da Terra-Amazônia Brasileira e Secretário Executivo da Iniciativa Brasileira (iniciativabrasileira@amazonia.org.br)

A AGRICHEM FAZ CHOVER NA SUA LAVOURA.



Com inovação, tecnologia avançada, máxima qualidade, alta concentração de nutrientes e o melhor programa de nutrição do mercado, a Agrichem garante que vai chover na sua lavoura.

Vai chover alta produtividade, durabilidade, cores uniformes, mais sabor, muito mais vida e o melhor: altos lucros.

Conheça a linha de fertilizantes líquidos Agrichem acessando o nosso site:

www.agrichem.com.br



agrichem
Sempre a melhor solução.

Legislação

Regularização fundiária

Djacir Ramos¹
Ulf Walter Palme²

O GEORREFERENCIAMENTO dos imóveis rurais no Brasil é uma necessidade premente e com impactos positivos imediatos em toda a cadeia do agronegócio.

A regularização fundiária nacional é tema da maior relevância. O Brasil possui uma das maiores malhas fundiárias produtivas do mundo. Há muito desconhecimento sobre as dimensões de mais de 5 milhões de propriedades rurais. Não obstante, isso é parte jurídica e de legalidade fundamentais, pois:

- Subsidiarão de modo correto os processos de verificação da atividade agropecuária – a certificação;
- Asseguram, entre outras, a rastreabilidade permanente e as operações financeiras e de seguro rural.

Por meio do conhecimento de sua malha fundiária, o Brasil responderá ao mundo sobre sua vocação primeira, com as devidas sustentabilidade, qualidade, transparência e solidez que o agronegócio brasileiro pode e irá representar.

O que diz a lei

A Lei n° 10.267, de 28 de agosto de 2001, agora regulamentada pelos Decretos n° 4.449, de 30 de outubro de 2002 e n° 5.570, de 31 de outubro de 2005, dá nova redação ao Decreto n° 4.449. Isso veio ao encontro dos interesses gerais da nação e dos engenheiros da mensuração, pois o Incra definiu “normas” para o processo de georreferenciamento de imóveis rurais.

A Lei n° 10.267, de 28 de outubro de 2001, conhecida nos meios da engenharia da mensuração como a **Lei do Georreferenciamento**, tem suscitado acirra-

das discussões. Os pontos críticos são os procedimentos para o efetivo cumprimento das *Normas Técnicas para Georreferenciamento de Imóveis Rurais*, editadas pelo Incra, no que tange ao transporte de coordenadas e ao cadastro rural em si e à definição do equipamento adequado para tais eventos.

A ordem

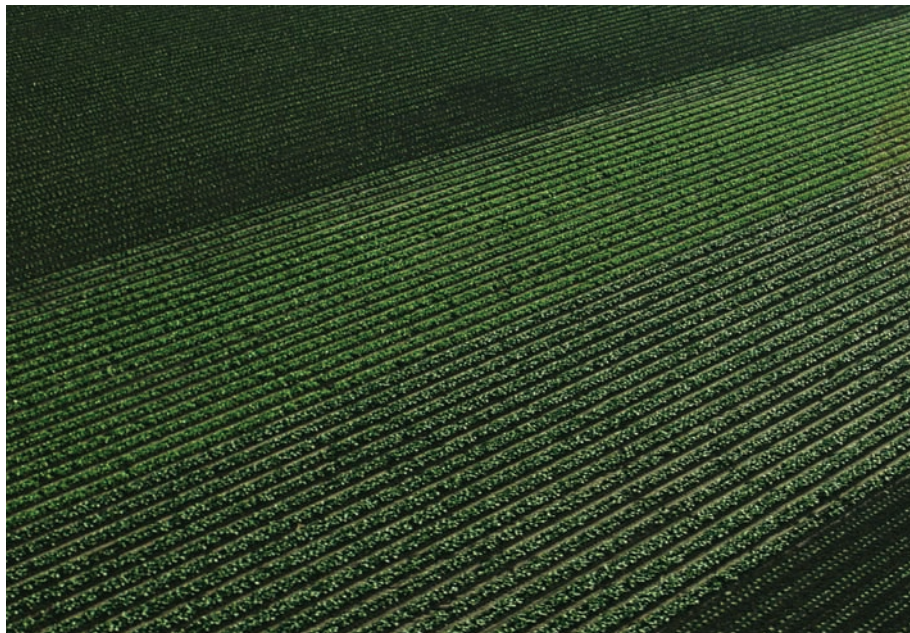
A criação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (Cnir) sob o controle do Incra e da Receita Federal é oportuna. O problema está em normatizar o georreferenciamento. Nesse momento, há uma imposição para que o memorial descritivo contenha as coordenadas dos limites dos imóveis rurais georreferenciados pelo Sistema Geodésico Brasileiro.

Sabe-se das facilidades proporcionadas pelo Sistema de Posicionamento Global (GPS), uma ferramenta moderna e de grande eficácia. Mas, o ideal seria deixar por conta da sociedade técnica e científica – que são os engenheiros, professores, técnicos, magistrados, registradores etc. – a responsabilidade pelo cumprimento do dispositivo do § 3º do Artigo 176 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, diz que a identificação do imóvel será feita com indicação:

a. se rural, do código do imóvel, dos dados constantes do Ccir, da denominação e de suas características, confrontações, localização e área;

b. se urbano, de suas características e confrontações, localização, área, logradouro, número e de sua designação cadastral, se houver.

§ 3º Nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais, a identificação prevista na alínea “a” do item 3 do inciso II do § 1º será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas pelo Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional



a ser fixada pelo Incra, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cujo somatório da área não exceda a quatro módulos fiscais.

§ 4o A identificação de que trata o § 3o tornar-se-á obrigatória para efetivação de registro, em qualquer situação de transferência de imóvel rural, nos prazos fixados por ato do Poder Executivo.”

Consequências

A lei é ótima e ajudará a alcançar os objetivos de acabar, entre outros, com as grilagens de terras, e permitirá, principal-

mente ao Incra, um maior controle sobre o posicionamento real georreferenciado dos imóveis rurais de uma forma geral.

Uma das principais dificuldades fica por conta do parágrafo acima citado: “Contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas pelo Sistema Geodésico Brasileiro”. Trata-se de uma exigência para a elaboração do memorial descritivo.

Isto equivale dizer que a identificação do imóvel deixa de ser feita pela forma tradicional, mais próxima da realidade de

campo: a topografia. Passa a ser feita pela cartografia, que representa o posicionamento geográfico da gleba, mas nada tem a ver com a realidade de campo.

Uma das conclusões é de que a documentação entregue aos cartórios de Registro de Imóveis oriunda desse processo corre o sério risco de estar errada.

A lei atribui ao Incra a definição da “precisão posicional” do imóvel. Não faz referência que dê ao Incra o direito de trazer para si, por meio de uma norma técnica a:

- Responsabilidade do georreferenciamento dos imóveis rurais;
- Ingerência nos trabalhos de engenharia;
- Guarda de documentos dos proprietários dos imóveis.

Documentação

Outro ponto polêmico é a exigência do proprietário confrontante assinar uma carta de anuência, em que concorda com os trabalhos de medições do seu vizinho. Quem irá orientá-lo sobre o documento que está assinando? É o Cartório de Registro de Imóveis?

A exigência da norma do Incra obriga os engenheiros a detalhar as sinuosidades de fios d’água mata a dentro. Isso força as aberturas de picadas em Áreas de Proteção Ambiental (APPs). O GPS não funciona no meio da mata. Nestes casos, o uso do tradicional teodolito e da trena é a solução. As leis do Código Florestal proíbem a danificação de tais ambientes.

Por sua vez, os próprios cartórios de Registro de Imóveis ficam à mercê da Certificação de Georreferenciamento. O natural é o Incra estar na posição de depositário do recadastramento.

Para atender à centralização da análise da documentação necessária para a Certificação de Georreferenciamento, a estrutura organizacional e de metodologia do Incra deve ser reforçada.

A lei está em vigor desde 2001, enquanto as normas do Incra foram editadas em 2003, ou seja, a rigor estamos “seguindo as normas” a partir de novembro de 2003. Nesses 45 meses foram certificados 6.816 imóveis, o que equiva-

Número de imóveis georreferenciados de acordo com a Lei n° 10.267

UF		Profissionais Credenciados	Imóveis georreferenciados
AC	Acre	13	29
AL	Alagoas	11	3
AM	Amazonas	14	1
AP	Amapá	10	0
BA	Bahia	157	234
CE	Ceará	27	24
DF	Distrito Federal	79	27
ES	Espírito Santo	73	28
GO	Goiás	376	992
MA	Maranhão	36	40
MG	Minas Gerais	520	419
MS	Mato Grosso do Sul	179	1.720
MT	Mato Grosso	346	1.394
PA	Pará	117	10
PB	Paraíba	5	0
PE	Pernambuco	39	1
PI	Piauí	60	9
PR	Paraná	344	16
RJ	Rio de Janeiro	60	1
RN	Rio Grande do Norte	8	24
RO	Rondônia	23	25
RR	Roraima	26	0
RS	Rio Grande do Sul	352	228
SC	Santa Catarina	176	17
SE	Sergipe	8	0
SP	São Paulo	1.166	1.258
TO	Tocantins	121	316
	Total	4.346	6.816

Fonte: Incra

le a dizer que a média mensal de certificação de imóveis está na proporção de $6.816/45 = 151,47$.

Nesse ritmo os 5.600.000 imóveis rurais do Brasil, pela média nacional, serão georreferenciados em $5.600.000/151,47 = 36.971$ meses ou $36.971/12 = 3.080$ anos. Se estabelecessemos o prazo de dez anos para a complementação do recadastramento, teriam de ser certificados 560.000 processos por ano.

Proposta de solução

Para acelerar o processo, com melhoria da qualidade e redução de custos, especialmente se associada ao esforço colaborativo e espírito corporativista, seria importante.

- A descentralização do processo de recadastramento imobiliário rural das mãos de Incra, com a responsabilização do Cartório de Registro de Imóveis pela guarda dos docu-

mentos referentes ao patrimônio imobiliário;

- Geração de nova Norma Técnica a partir de uma discussão nacional entre profissionais da engenharia por meio da representação de classe, com a participação da área jurídica, magistrados, registradores e universidades e, por que não, do próprio Incra;
- Cada Cartório de Registro de Imóveis contratar, dentro da realidade da situação, um profissional da área da mensuração para analisar os trabalhos apresentados nos moldes da nova norma técnica gerada;
- Cada proprietário rural cumprir a lei do recadastramento do seu imóvel no seu Cartório de Registro de Imóveis, assistido pela assessoria jurídica e de engenharia de sua confiança e contratação;

No mundo globalizado da automação,

da informática e dos *softwares* (programas de manipulação de base de dados e análise de imagens), qualquer cartório pode implantar, **com baixo custo**, um departamento informatizado para análise e interpretação dos processos de solicitação de recadastramento imobiliário rural. A utilização de uma **base de imagens georreferenciada** evitaria a deflagração de fraudes e permitiria a delimitação de divisas de difícil acesso.

Dessa forma o procedimento de análise das 5.600.000 de propriedades rurais seria distribuído ao longo dos milhares de cartórios de Registro de Imóveis do País e os objetivos seriam alcançados com muito mais rapidez e eficiência visto que o procedimento de georreferenciamento seria mantido, e a tão decantada grilagem seria eliminada. ■

1 Engenheiro Agrimensor

2 Ulf Walter Palme



PROGRAMA CONJUNTURA BRASIL

(Programa Independente)



Apresentação:

Maria Rita Falleiros

Através de entrevistas, debates técnicos, reportagens especiais e o resumo dos maiores eventos de negócios, o programa divulga onde estão as oportunidades de negócios na agricultura, pecuária, industrialização e comercialização de produtos. Divulgar iniciativas que estimulem o desenvolvimento do país, são as metas do programa "Conjuntura Brasil".

Semanalmente você participa do programa através do

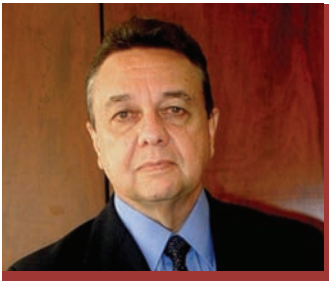
e-mail: conjunturabrasil@conjunturabrasil.com.br ou pelo fone: (16) 3623-9720

Oferecimento: **AGROANALYSIS**



Diário de bordo

Critérios para certificação



Roberto Rodrigues*

VAI GANHANDO destaque a questão da certificação de produtos do agronegócio brasileiro.

A Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária, com participação de produtores, ambientalistas, consumidores e certificadores, segue seus trabalhos, ao mesmo tempo em que diferentes instituições se movimentam no mesmo sentido.

Recentemente, o tema foi tratado no Congresso da Abag, no Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e, no dia 4 de setembro, foi lançado por diferentes instituições, sob a liderança da Abiove e da Abag, o Ares - Instituto para o Agronegócio Responsável.

De outro lado, encontra-se em discussão no governo federal a certificação do etanol, tendo em vista os questionamentos internacionais sobre temas ambientais e sociais referentes ao produto, que poderiam dificultar seu acesso a mercados diversos.

A regulamentação da Lei dos Orgânicos, praticamente decidida, é outro elemento a exigir clareza na temática da certificação. E, por último, as recorrentes investidas dos europeus contra a nossa carne, com base em questões sanitárias, estimula a discussão da rastreabilidade, o chamado Sisbov.

Tudo isto exige urgência no debate, tendo em vista a homogeneidade dos

critérios para verificação de sistemas de produção e sua respectiva certificação, de forma a inibir a variação desses critérios, com o objetivo de conferir credibilidade ao programa brasileiro e antecipando imposições que possam vir de fora!

Nas discussões em andamento há, naturalmente, algumas divergências sobre diferentes pontos de vista entre os atores do processo.

Mas, tais divergências podem ser controladas, considerando-se que a certificação precisa ser consensual, jamais decidida unilateralmente. Só assim será amplamente reconhecida.

Para tal, a definição dos critérios tem de ser transparente e, até se chegar à certificação, uma metodologia a seguir-se deve considerar necessariamente o equilíbrio entre os fatores fundamentais da sustentabilidade: o ambiental, o social e o econômico.

Definidos os critérios, ouvidos todos os interessados (consumidores, produtores, trabalhadores, industriais, ambientalistas, transportadores, armazenadores, bancos, academias e, necessariamente, o setor público), parte-se para a identificação dos indicadores e para o sistema de monitoramento, concluindo, então, com a certificação.

É essencial que o processo seja facultativo. E, para ser aceito amplamente, deve ter vantagens econômicas para quem a ele aderir.

De outro lado, de nada valerá se não contiver claros requisitos destinados à preservação do meio ambiente e da sanidade pública, garantindo proteção ao consumidor, sem a menor possibilidade de corrupção na verificação.

Tal desafio, embora portentoso, é absolutamente indispensável para preservar e ampliar a competitividade internacional do agronegócio brasileiro. O interesse dos produtores rurais no tema precisa ser estimulado com informações adequadas e permanentes sobre o que exigem nossos compradores. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Terra para os quilombolas



Cesário Ramalho da Silva*

A CONSTITUIÇÃO Federal é clara, objetiva e justa em seu Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ao estabelecer que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

O Decreto nº 4.887/03, “que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” dá ao Incra poder para encaminhar a questão.

O decreto determina que a caracterização dos quilombolas será atestada mediante “autodefinição” da própria comunidade. Quem se achar descendente de comunidades remanescentes de quilombos poderá requerer seu pedaço de terra, mesmo se nunca o ocupou ou trabalhou nele.

Na década de 90, estimava-se em 500 o número de comunidades de supostos descendentes de quilombos no Brasil. Hoje, o cálculo saltou para 2.228. O Partido da Frente Liberal, atual Democratas, ingressou, em 2004, no Supremo Tribunal Federal (STF), com a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239, com objetivo de anular os efeitos jurídicos do decreto. São quatro os principais argumentos:

1) A via regulamentar do decreto é inconstitucional, pois trata de matéria privativa de lei;

2) Trata-se de desapropriação inconstitucional, por estender os limites do mandamento constitucional, tornando *sub judice* áreas privadas com título definitivo outorgado;

3) A auto-atribuição da qualidade de “povos descendentes de quilombolas”. Submeter o mandamento constitucional à declaração do interessado é inconstitucional;

4) A autodelimitação das áreas sujeitas à desapropriação é inconstitucional.

Acertadamente, a petição inicial da Adin observa que o cumprimento do Artigo 68 do ADCT apenas poderá ocorrer validamente com a outorga do título definitivo de propriedade coletiva daquelas áreas ocupadas pelas comunidades descendentes de quilombolas desde a época do Império. Isso por meio de estudos antropológicos com fundamentos científicos, em áreas cujo domínio não tenha ainda sido outorgado aos particulares, sob pena de anular a propriedade privada, constitucionalmente garantida.

A questão deve ser objeto de discussão no Congresso Nacional. Não pode ficar restrita a uma decisão do executivo, sem ativa participação da sociedade.

Além de ferir o Direito de Propriedade, o decreto confunde o direito dos remanescentes de quilombolas de terem suas terras ocupadas regularizadas com uma distribuição a esmo de terras a todos que se julgarem descendentes. Além disso, reacende a disputa de uma sociedade escravocrata, que já não existe mais.

A Sociedade Rural Brasileira é a favor da regularização das terras devolutas ocupadas por particulares e por comunidades que as exploram sem a devida guarda da titulação da propriedade. Não se pode, porém, subverter a ordem presente, tornando qualquer imóvel urbano ou rural passível de desapropriação, conforme o juízo particular desse ou daquele grupo. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

O freio do agronegócio



João Sampaio*

MUITOS GOVERNANTES adotam a sentença atribuída ao presidente Washington Luís: governar é construir estradas. Vou além: o progresso vem com estradas e boa logística de distribuição. Muito se fala do chamado Custo Brasil, quanto o País perde em competitividade e exportações. Vou além, novamente: qual é o impacto dos gargalos de transporte e distribuição no bolso do produtor rural?

No Brasil, são 19 km de rodovias pavimentadas por 1000 km², na Alemanha são 1.390 km. O México possui 49 km. Entre os estados brasileiros, São Paulo chega a 106,41 km. Quando abordamos as ferrovias, temos 3 km de ferrovias por 1000 km², a Alemanha 107 km e o México alcança 14 km.

O impacto da insuficiência brasileira é enorme. No caso do agronegócio, o somatório de custos de transporte, estoque, armazenagem e administrativo no PIB brasileiro são de 12%, segundo a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2004.

Na soja, em 2005, a tonelada do grão estava em US\$ 216 (preço FOB porto), descontados frete e despesas portuárias (as maiores do mundo). Sobravam ao produtor US\$ 160. O produtor norte-americano recebia US\$ 198 e o argentino US\$ 199. Perdíamos e continuamos a perder em competitividade no “depois da porteira”. Hoje, esse quadro deve ser mais

desfavorável ainda para o produtor lá de Rondonópolis (MT).

Quando se pensa em estradas e logística, imaginam-se vultosos investimentos. Talvez o modelo de gestão e as intervenções das políticas públicas não requeiram gigantismos para o produto agrícola sair das propriedades, percorrer caminhos de terra e chegar à área urbana. Para fazer o escoamento da produção é fundamental a parceria entre o estado, prefeituras e os usuários da estrada rural.

No estado de São Paulo, temos o Programa Melhor Caminho. É um convênio entre o governo e as prefeituras, com a execução dos trabalhos pela Codasp. Nesta primeira década, o programa já recuperou 5 mil km de estradas. A meta é fazer em quatro anos mais 10 mil km. Outra ação da secretaria – o Programa de Microbacias Hidrográficas – já adequou quase 2 mil km.

Em municípios paulistas, agricultores organizam comitês para discutir com as usinas ou agroindústrias sobre a demanda de trânsito de caminhões e a manutenção dos trechos. Isso aumenta em 30% a quantidade de quilômetros recuperados, e com maior durabilidade.

Depois que o produto chega à estrada, cabe ao Estado nortear as políticas de parcerias. A recuperação das rodovias vicinais co-financiadas por entidades internacionais ou parcerias com o setor privado é um caminho. Nas grandes rodovias, artérias de escoamento da produção até o porto, a concessão é outra vertente. Das 20 melhores rodovias avaliadas no país, 19 estão no estado de São Paulo, sob o sistema de concessão, no qual, segundo avaliação dos próprios usuários, o benefício suplanta os custos de pedágio.

As unidades da Federação devem ser capacitadas para avaliar suas reais necessidades e para resolver as insuficiências com o aval do governo federal. Isso não se aplica tão somente às estradas, mas também aos portos, outro grande gargalo do País. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Todo
seu

O Bruno quer um banco
que ofereça mais autonomia
e facilidade na compra
de produtos agropecuários.

Chegou o Ourocard Platinum Agronegócio.

O Banco do Brasil lançou o Ourocard Platinum Agronegócio. Agora ficou muito mais simples comprar bens e produtos agropecuários utilizando os recursos do crédito rural. Consulte seu gerente e solicite o cartão feito sob medida para você. Só o banco que mais investe no Agronegócio Brasileiro poderia pensar em algo assim. **Ourocard Platinum Agronegócio.** Esse cartão é todo seu.



OUROCARD DO PRODUTOR RURAL





Uma só voz,
uma só constatação:
o Brasil é um só
agronegócio.



Quem esteve presente ao 6º Congresso Brasileiro de Agribusiness confirmou o seu sucesso e saiu com uma certeza: definitivamente, agricultura alimentar e agroenergia, agricultura familiar e empresarial fazem parte do agronegócio brasileiro e ajudam a unificá-lo.

A Abag agradece a todos aqueles que tornaram possível a sua realização: associados, palestrantes, debatedores, moderadores, público, mídia, patrocinadores master, patrocinadores e apoiadores.



patrocínio master



patrocínio



Associação Brasileira de Agribusiness www.abag.com.br